

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

PLANO DE MANEJO



PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA

Outubro/2023



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)

**PLANO DE MANEJO -
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA**

Outubro /2023

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente

Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Mauro Oliveira Pires

Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Iara Vasco Ferreira – Diretora

Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação

Carlos Felipe de Andrade Abirached – Coordenador Geral

Coordenação de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo

Daniel de Miranda Pinto de Castro – Coordenador

Gerência Regional do ICMBio na Região Sudeste – GR4

Breno Herrera da Silva Coelho – Gerente Regional

Parque Nacional da Serra da Canastra

Caio Cavalcanti Dutra Eichenberger – Chefe

Equipe de Planejamento/ICMBio

- Carolina Fritzen – *Analista Ambiental do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA)/ICMBio*
- Luciana Nars – *Analista Ambiental da Divisão de Admissibilidade e Prevenção (DAPREV)/ICMBio*
- Fernando Augusto Tambelini Tizianel – *Analista Ambiental, chefe do NGI ICMBio Iperó/ICMBio*
- Carlos Henrique Bernardes – *Técnico Ambiental, ex-chefe do Parque Nacional da Serra da Canastra/ICMBio, técnico ambiental da Reserva Biológica Augusto Ruschi*
- Laura Valle França – *Técnica Ambiental do Parque Nacional da Serra da Canastra/ICMBio*

Geoprocessamento e elaboração de mapas temáticos

- Miriam Rodrigues da Silva – *Geógrafa, Técnica contratada – Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP)/ICMBio*

Moderadores da oficina de elaboração do Plano de Manejo

- Daniel de Miranda Pinto de Castro – *Analista Ambiental, Coordenador da COMAN/ICMBio*
- Lilian Leticia Mitiko Hangae – *Analista Ambiental, chefe do NGI ICMBio Noronha*
- Luciana Nars – *Analista Ambiental da Divisão de Admissibilidade e Prevenção (DAPREV)/ICMBio*
- Suiane Benevides Marinho – *Analista Ambiental do Núcleo de Gestão Integrada NGI ICMBio Mossoró/ Equipe Ampliada da COMAN /ICMBio*

Relatoria da oficina de elaboração do Plano de Manejo

- Dalva Junko Obase – *Analista Ambiental do NGI ICMBio Mantiqueira /ICMBio*
- Fernando Augusto Tambelini Tizianel – *Analista Ambiental, chefe do NGI ICMBio Iperó/ICMBio*

Logística

- Karla Alessandra Ferreira Vale – *Assistente Administrativo III - CGCAP/ICMBio*

Participantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

- Alessandra Amâncio Pereira - *representante do setor energético/minerário pela Associação dos Mineradores de Quartzito do Médio Rio Grande/AMINQ*
- Alice Beatriz Pereira Soares - *representante do setor público pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais/EMATER*
- Ana Maria Silva Trindade - *representante do poder público municipal de Delfinópolis*
- Angelo Maneira - *representante da Associação dos Moradores do Distrito Serra da Canastra*
- Carlos Henrique Bernardes - *representante do Parque Nacional da Serra da Canastra*
- Carolline Zatta Fieker - *doutora em Ecologia e Recursos Naturais representante do setor de pesquisa*

- Cassiano Gustavo Messias - *representante do setor de pesquisa pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE*
- Conrado Oliveira de Pádua Andrade - *representante das Associações de Turismo pela Associação dos Guias de Turismo e Condutores de Visitantes do circuito turístico Nascentes da Gerais e Canastra/ AGCVTUR*
- Dan Nunes Alves Costa - *representante da comunidade do Morro do Carvão/Vão dos Cândidos*
- Daniel Dias Silva - *representante do Conselho Municipal de Turismo de Delfinópolis, representando os Conselhos Municipais de Turismo dos municípios do Parque*
- Daniel Fuga - *morador da região da Bateia, representante do distrito de Ólhos d'água da Canastra*
- Danilo Araújo Santos - *representante da Comunidade de Ponte Alta*
- Gabriel Mallab Alkmin - *representante do setor energético/minerário pela Companhia Energética de Minas Gerais/CEMIG*
- Higor Douglas de Freitas Faria - *representante da Associação dos Produtores de Queijo da Canastra/APROCAM*
- Laura Valle França - *representante do Parque Nacional da Serra da Canastra*
- Manoel Custódio de Souza - *representante da Comunidade Vale da Babilônia*
- Monica Ferreira de Araújo - *representante do poder público municipal de São João Batista do Glória*
- Ney Martins Ernandes - *representante do poder público municipal de Vargem Bonita*
- Paulo Leite Gonçalves Junior - *representante do setor turístico off-road*
- Pierre Patrick de Melo Pacheco - *representante do poder público municipal de Sacramento*
- Reinaldo A. Barbosa Passos - *representante da Comunidade Vale da Gurita*
- Rogério Cunha de Paula - *representante do setor de pesquisa pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos/CENAP*
- Sávio Freire Bruno - *representante do setor de pesquisa pela Universidade Federal Fluminense*
- Sotero José Greco Guimarães - *representante do poder público estadual pelo Instituto Estadual de Florestas/IEF*
- Tatiane Ferreira Faria Costa - *representante da comunidade do Lageado e Espalhinha*
- Vanessa Aparecida Vilela - *representante da comunidade de São José do Barreiro*
- Vivian Moreno Castillo - *representante do poder público municipal de São Roque de Minas*
- Wesley Almeida Teixeira - *representante do poder público municipal de Capitólio*

Observadores da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

- Danielle Chalub Martins – *Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST)Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP)/ICMBio*
- Fábio Luís Vellozo de Mello – *Chefe do Parque Nacional da Serra da Canastra/ICMBio*
- Maurício Ferreira do Sacramento – *CGCAP/ICMBio*

“Chegando na Casca D’Anta eu tive uma revelação, pois vi o nome de Deus escrito no paredão.”

(Poesia escrita pelo Manoel Custódio na construção de Subsídios de Interpretação Ambiental na oficina de revisão do plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra)

SUMÁRIO

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.....	7
INTRODUÇÃO.....	7
FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	9
HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO	11
BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA	13
PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS	17
Propósito da Unidade de Conservação	17
Declarações de Significância.....	17
Recursos e Valores Fundamentais.....	18
PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS	19
Levantamento das Necessidades de Dados e Planejamentos	20
Análise dos Recursos e Valores Fundamentais.....	20
Questões-Chave	26
Priorização das Necessidades de Dados e Planejamentos	28
Subsídios para Interpretação Ambiental.....	31
PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS	33
Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Canastra	33
Zona de Preservação (ZP)	35
Zona de Conservação (ZC)	36
Zona de Uso Moderado (ZUM).....	37
Zona de Infraestrutura (ZI)	41
Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDIP).....	43
Zona de Adequação Ambiental (ZAA)	45
Zona de Usos Divergentes	48
Normas Gerais	49
Atos Legais e Administrativos.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
ANEXO 1. Diagrama modelo de análise do RVF	60
ANEXO 2. Diagramas dos RVFs resultantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Elementos do Plano de Manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBIO	8
Figura 2. Mapa de Localização do PARNA Canastra	10
Figura 3. Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Canastra.	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamentos do PARNA Canastra.	28
Tabela 2. Priorização das necessidades de planejamentos e dados do PARNA Canastra	29
Tabela 3. Subsídios de Interpretação Ambiental do PARNA Canastra.....	31
Tabela 4. Tamanho das zonas de manejo e porcentagem em relação ao tamanho do PARNA Canastra.....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Análise do RVF Cerrado e sua Biodiversidade	22
Quadro 2. Análise do RVF Água	23
Quadro 3. Análise do RVF Cultura Tradicional.....	24
Quadro 4. Análise do RVF Patrimônio Arqueológico e Histórico.....	25
Quadro 5. Análise do RVF Oportunidade para lazer e turismo	26
Quadro 6. Questões-Chave definidas para o Parque Nacional da Serra da Canastra.....	27

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A missão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é “*proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental*”.

Vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio é uma autarquia em regime especial, que foi criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Cabe ao Instituto executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação (UC) instituídas pela União. Além disso, é sua função fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o plano de manejo (PM) é o documento técnico no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais em uma unidade de conservação, incluindo a implantação de estruturas físicas necessárias à sua gestão.

O PM é um dos principais instrumentos de gestão da unidade de conservação, pois constitui o seu documento oficial de planejamento, definindo quais usos serão desenvolvidos na UC, bem como onde e de que forma os usos poderão ocorrer. Também descreve a relevância da UC ao identificar o seu propósito, a sua significância e os seus recursos e valores fundamentais (RVF), fornece subsídios para interpretação ambiental, avalia as necessidades de planejamento e dados para a UC e identifica seus atos legais (ou regras específicas) e seus atos administrativos previamente existentes.

Para a elaboração do PM do Parque Nacional da Serra da Canastra (PARNA Canastra) foi adotada metodologia estabelecida pela Instrução Normativa do ICMBio nº 7, de 21 de dezembro de 2017, e pelo Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Plano de Manejo das Unidades de Conservação Federais, aprovado pela Portaria nº 1.163, de 27 de dezembro de 2018, que preveem a realização de uma oficina, com 25 a 30 participantes que possuam amplo conhecimento da área. A oficina é apoiada por um guia do participante, um caderno de orientações sobre a metodologia utilizada no evento, previamente preparado com informações específicas sobre a UC.

A principal vantagem de adotar essa abordagem para elaboração do PM é a oportunidade de integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um único entendimento comum do que é mais importante para a unidade. Com base nesta abordagem, o plano de manejo possui várias funções relativas à unidade de conservação:

- Comunica aos diferentes públicos o que é mais importante, por meio de um documento objetivo.
- Concentra esforços nos recursos e valores fundamentais para a proteção, cruciais para atingir o seu propósito e manter a sua significância.
- Garante uma coerência quanto aos planos e decisões, além de contribuir com programas e ações subsequentes para atingir o propósito da unidade e outros objetivos.
- Serve de base para o desenvolvimento ou correção de todos os planejamentos posteriores.
- Descreve as diretrizes políticas para os recursos e valores fundamentais.

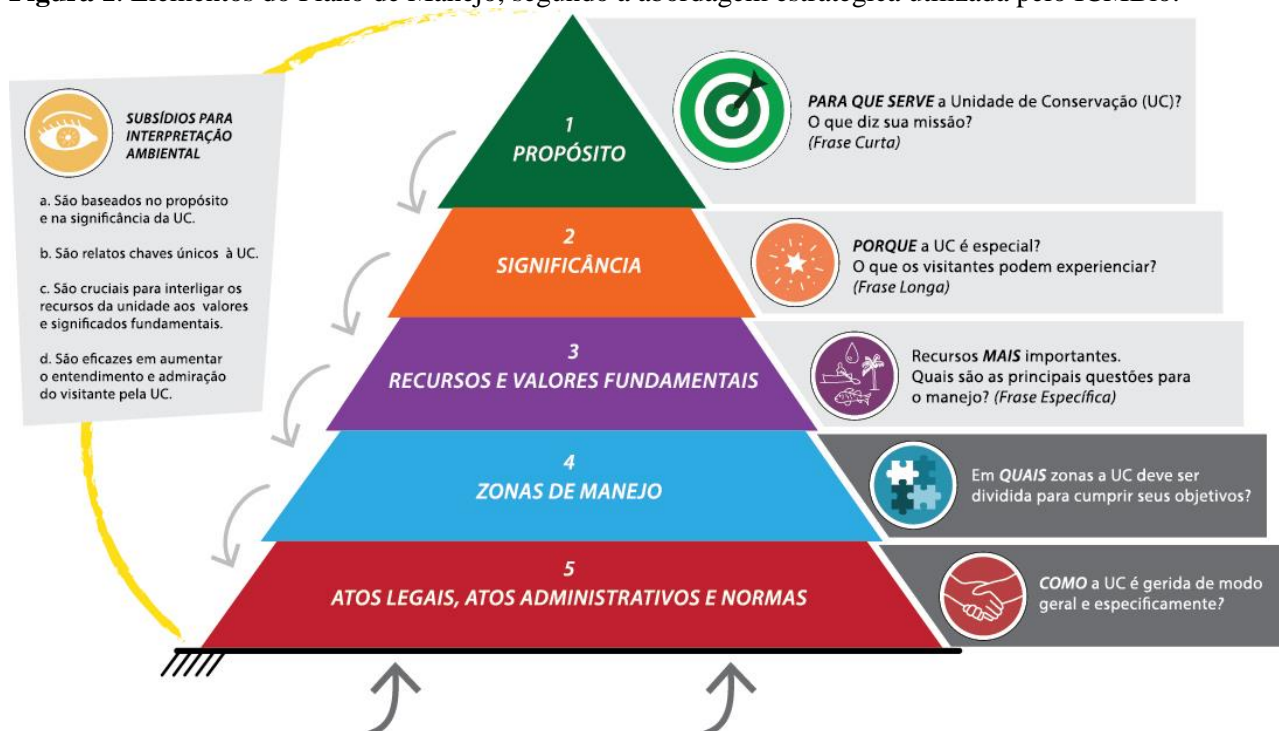
- Identifica as condições, ameaças e problemas em relação aos seus recursos e valores fundamentais.
- Identifica e prioriza planos, estudos e ações de manejo que são necessários para as unidades.
- Identifica as diferentes zonas de manejo e respectivas ações de manejo que visam atingir o seu propósito.
- Favorece a integração com planejamento institucional, a partir da consulta e descentralização de planejamentos específicos das unidades de conservação, para as coordenações específicas.

O plano de manejo inclui os seguintes elementos:

- Declaração de Propósito
- Declarações de significância
- Recursos e valores fundamentais
- Subsídios para interpretação ambiental
- Questões-chave
- Avaliação das necessidades de dados e planejamento
- Zoneamento
- Normas Gerais
- Atos legais e administrativos

A Figura 1 mostra as relações dos elementos de um plano de manejo na abordagem adotada pelo ICMBio. Embora os elementos estejam compartimentados, é importante perceber que o desenvolvimento de um plano de manejo é um processo estruturado e que todos os seus elementos estão interligados.

Figura 1. Elementos do Plano de Manejo, segundo a abordagem estratégica utilizada pelo ICMBio.



FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nome da Unidade de Conservação (UC)	Parque Nacional da Serra da Canastra
Categoria e Grupo	Parque Nacional – Proteção Integral
Endereço da Sede da UC	Av. Pres. Tancredo Neves, 498 - Centro, São Roque de Minas - MG, 37.928-000
Fones	(37) 3433-1324 e (37) 3433-1326
E-mail	parnacanastra@icmbio.gov.br
Home page	www.icmbio.gov.br/parnacanastra
Superfície	197.787 hectares
Perímetro	799.173 km
Municípios com área dentro da UC	Capitólio, Delfinópolis, Sacramento, São João Batista do Glória, São Roque de Minas e Vargem Bonita
Municípios do entorno da UC	Capitólio, Delfinópolis, Sacramento, São João Batista do Glória, São Roque de Minas e Vargem Bonita
Estados abrangidos pela UC	Minas Gerais
Coordenadas Geográficas	- 46°35'56" W /- 20°18'16" Sul
Instrumento de criação	Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972
Bioma	Cerrado
Ecossistemas	Cerrado, com influência do bioma Mata Atlântica
Atividades desenvolvidas	Pesquisa, atividades didáticas de ensino superior, fiscalização, manejo do fogo, visitação, educação ambiental, voluntariado e monitoramento. Conselho consultivo ativo.

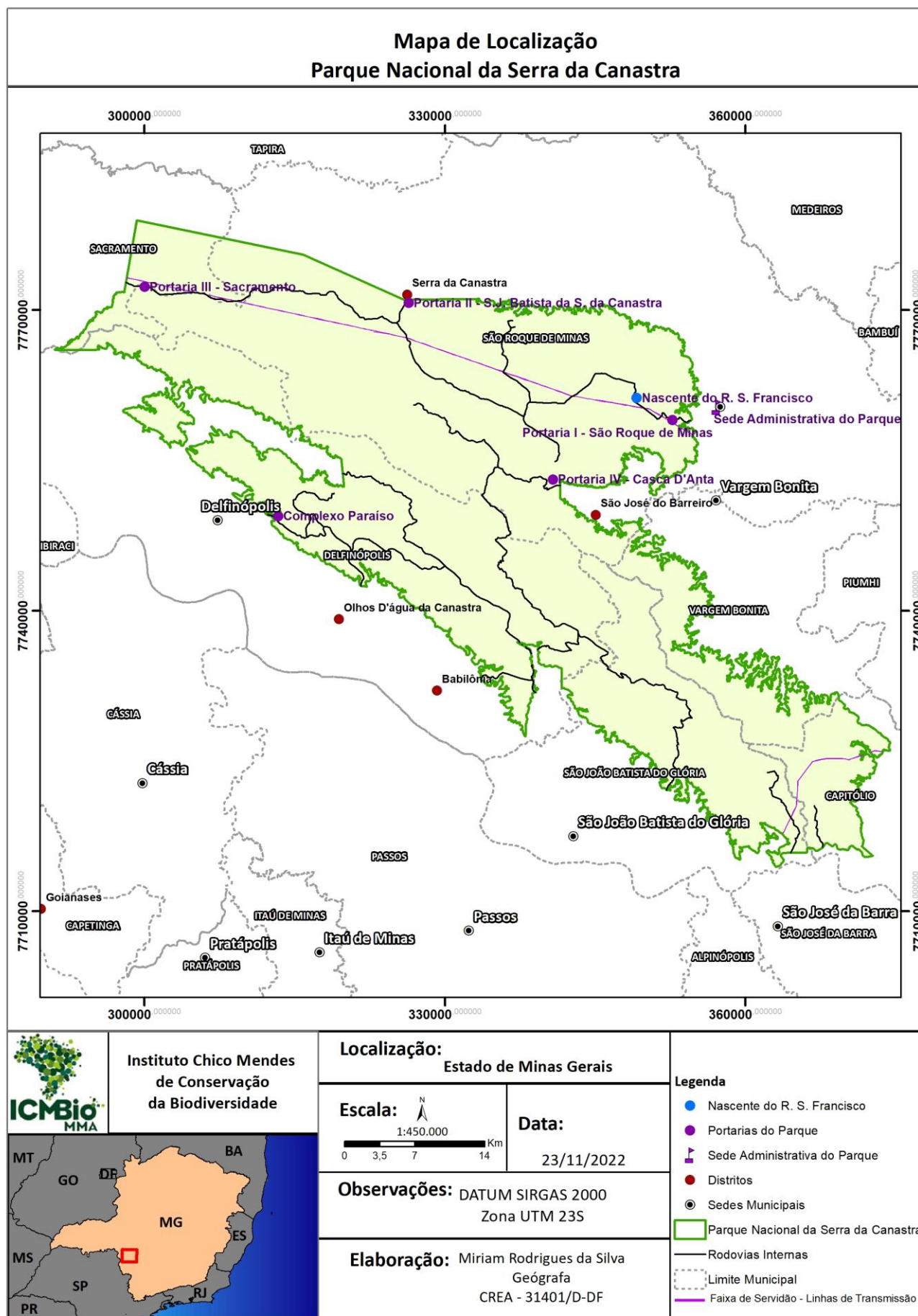


Figura 2. Mapa de Localização do PARNA Canastra.

HISTÓRICO DO PLANO DE MANEJO

O primeiro plano de manejo do PARNA Canastra foi publicado pelo IBDF em 1981 abrangendo a área desapropriada pelo INCRA na década de 1970. Na primeira revisão do plano de manejo, aprovado em 2005, foi constatado que o Decreto de criação do Parque permanecia inalterado, e que o planejamento de gestão deveria abranger a totalidade da área do Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972, com extensão aproximada de 200 mil hectares. Este território possui áreas de domínio público e particulares com moradores e diferentes tipos de usos econômicos e produtivos. Com o objetivo de compatibilizar os usos dos recursos naturais nas áreas particulares do Parque, em 2004 foi estabelecido um Termo de Compromisso específico com os procedimentos para uso do fogo na prática de queimas controladas. Posteriormente, em 2006, o Termo de Compromisso foi ampliado para abranger parâmetros para demais usos e autorizações em propriedades privadas.

Em atendimento aos interesses econômicos envolvidos na área do Parque e da demanda da comunidade local, foi publicado o Decreto s/n, de 24 de janeiro de 2006, que instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de proceder a estudos e propor medidas relativas à revisão dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra. Esse GTI concluiu pelo encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei para rever os limites do PARNA Canastra e propor mosaico de unidade de conservação, que mantivesse a superfície similar protegida pelo Parque Nacional e com recomendação de critérios para a retirada de áreas dos limites atuais da UC.

Posteriormente, em 2007, foram apresentados projetos de Lei na Câmara que propuseram a exclusão de áreas do Parque e a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) abrangendo as áreas suprimidas dos limites originais do Parque, compondo um mosaico de UC. Estes projetos de Lei foram aprovados na Câmara e enviados ao Senado, mas, atualmente, encontram-se arquivados.

Em 2018, o ICMBio firmou um Termo de Compromisso com a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – MPF e a Procuradoria da República no município de Passos/S.S. Paraíso (Procedimento Administrativo Nº 1.22.004.000219/2014-60), que estabeleceu diretrizes de atuação do ICMBio e do MPF para o trato das questões socioambientais e de consolidação dominial relativas à área não regularizada do PARNA Canastra, em consonância com os objetivos conciliatórios do Projeto Canastra: Justiça e Reconciliação (Ação Civil Pública nº 3407.92.2014.4.01.3804).

Neste Termo de Compromisso, o ICMBio se comprometeu a realizar a revisão do plano de manejo do Parque, no prazo de dois anos e meio após a conclusão da perícia etnográfica realizada no âmbito do processo judicial, com o objetivo de compatibilizar as normas que regem a unidade de conservação com os usos das populações tradicionais ali residentes, assim identificadas na citada perícia. Além disso, foram firmados outros compromissos do ICMBio que possuem interface com a revisão do Plano de Manejo, como:

- Consolidação dominial: elaboração e apresentação de plano de trabalho para a consolidação dominial da área não regularizada do Parque Nacional da Serra da Canastra, ressalvadas aquelas que venham a ser definidas como áreas ocupadas por populações tradicionais;
- Dos imóveis desapropriados: o ICMBIO se compromete a planejar e realizar ações de fiscalização específicas para garantir a integridade e a recuperação ambiental dos imóveis já desapropriados e recebidos em doação para fins de compensação de reserva legal situados no Parque Nacional da Serra da Canastra;
- Da área da antiga mineração do quartzito: o ICMBIO se compromete a planejar e realizar ações de fiscalização específicas e periódicas para combater a extração ilegal de quartzito na região da rodovia MG-050;
- Termos de compromissos com os proprietários de imóveis não identificados na perícia judicial como membros de população tradicional: o ICMBIO se compromete a firmar termos de

compromisso com os proprietários de imóveis na área não regularizada do Parque Nacional da Serra da Canastra, definindo critérios de área passíveis de serem utilizadas, as atividades que serão permitidas, exigências, condicionantes e compensações ambientais. O termo de compromisso será de longo prazo e renovável até a efetiva consolidação dominial da área. O ICMBIO se compromete a fiscalizar as áreas não regularizadas com o objetivo de verificar o integral cumprimento dos termos mencionados acima e minorar impactos ambientais negativos no Parque. O ICMBIO e o MPF se comprometem a envidar todos os esforços para que o termo de compromisso seja elaborado de forma participativa com a população destinatária, como, por exemplo, por meio de oficinas, seminários e reuniões;

- Termos de compromisso com os proprietários de imóveis identificados na perícia judicial como membros de população tradicional: O ICMBIO se compromete a firmar termos de compromisso com os proprietários de imóveis reconhecidos na perícia judicial como membros de população tradicional na área não regularizada do Parque Nacional da Serra da Canastra, respeitando os direitos que lhes são garantidos pela Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5.051, de 2004), pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (Decreto nº 2.519/1998), pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Decreto Legislativo nº 485, de 2006), pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Decreto nº 5.753, de 2006), pela Lei nº 9.985 de 2000, pelo Decreto nº 4.340, de 2002 e pelo Decreto nº 6.040, de 2007. O termo de compromisso será de longo prazo e renovável até que sobrevenha uma solução definitiva que leve em conta os interesses de conservação e os de respeito aos modos de vida das populações tradicionais. O ICMBIO e o MPF se comprometem a envidar todos os esforços para que o termo de compromisso seja elaborado de forma participativa com a população tradicional, como, por exemplo, por meio de oficinas, seminários e reuniões;

- Da proibição de novas ocupações: o ICMBio se compromete a adotar as ações necessárias para reprimir e coibir novas ocupações na área do Parque, com a lavratura de autos de infração e aplicação das sanções previstas no Decreto nº 6.514, de 2008, incluindo-se a possibilidade de demolição de edificações e benfeitorias construídas de forma irregular. A caracterização das novas ocupações será definida a partir de critérios técnicos estabelecidos entre MPF e ICMBio. Desde já, contudo, ficam declaradas como ocupações irregulares aquelas efetuadas em desacordo com o termo de compromisso de que tratam as cláusulas sexta e sétima. As demais situações serão tratadas individualmente, em permanente diálogo entre as duas instituições.

Ainda no âmbito dessa Ação Civil Pública, foi proposto um Acordo de Convivência para ser discutido com moradores tradicionais, necessitando de novas tratativas para consenso entre as partes. Devido a pandemia de COVID-19, o prazo para conclusão da revisão do plano de manejo foi repactuado com o MPF, devido a impossibilidade temporária de realização de reuniões presenciais para mobilização de atores e realização da oficina.

Nesse contexto, é importante mencionar que os trabalhos de planejamento, reuniões preparatórias e revisão do plano de manejo foram acompanhados por Grupo de Trabalho do Conselho Consultivo do PARNA Canastra, instituído para esta finalidade.

Preliminarmente à oficina, em abril de 2022, foram realizadas as reuniões preparatórias virtuais com setores que tinham facilidade de acesso à internet e foi utilizado o sistema de vídeo chamadas (turismo, poder público municipal, setor secundário, pesquisadores e ONG, demais instituições públicas).

Já a etapa preparatória presencial, foi efetivada a partir da flexibilização das medidas sanitárias contra COVID 19, em maio 2022, sendo realizadas 14 reuniões preparatórias de modo presencial, nas sedes de cinco municípios abrangidos pelo Parque (Vargem Bonita, São Roque de Minas, São João Batista do Glória, Capitólio e Delfinópolis), no distrito de Sete Voltas (Sacramento) e em oito localidades de comunidades do território (Babilônia - Ponte Alta, Vale da Babilônia, Vale da Gurita, São José do Barreiro, Lageado, Morro do Carvão, Olhos d'Água da Canastra e Distrito de São João Batista da Serra da Canastra). A atividade foi conduzida pela equipe de planejamento da revisão do plano de manejo,

que utilizou diferentes métodos participativos, conforme registros no processo SEI 02128.002910/2018-53.

Nesse sentido, a etapa preparatória, teve como principais objetivos de divulgar e esclarecer informações sobre o processo de elaboração do plano de manejo, mobilizar as comunidades e definir representantes para a participação na oficina de elaboração do plano de manejo, além de complementar a caracterização da UC e os subsídios para os elementos do plano de manejo.

A partir das reuniões preparatórias, foram indicados 28 atores-chave para a oficina de revisão do plano de manejo, culminando na sua realização, mediante recursos orçamentários, entre os dias 27 de junho a 1º de julho de 2022, na cidade de Passos, em Minas Gerais.

A oficina foi realizada com recursos de compensação ambiental do empreendimento Linha de Transmissão 800 kV Xingu – Estreito e Instalações Associadas, conforme SEI 8126882 e 7911652, sendo necessário esclarecer que não haverá aumento de despesas com a implementação das normas previstas neste plano de manejo.

BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA

O Parque Nacional da Serra da Canastra é uma unidade de conservação de proteção integral criada pelo Decreto nº 70.355, de 1972, e apresenta uma área de 197.971,96 hectares, inserido no Estado de Minas Gerais e abrangendo área dos municípios de Capitólio, Delfinópolis, Sacramento, São João Batista do Glória, São Roque de Minas e Vargem Bonita. Para fins de citação neste documento, os termos **PARNA Canastra** e **Parque** referem-se à totalidade da área indicada no Decreto, com a ressalva de que as propriedades particulares tradicionais ou não inseridas nestes limites (denominadas áreas não regularizadas) tem tratamento diferenciado em relação às áreas públicas (áreas regularizadas).

O objetivo de criação do PARNA Canastra foi, principalmente, proteger as nascentes do Rio São Francisco, Rio Araguari e tributários da bacia do Rio Grande, assim como os ecossistemas associados. Sua criação foi resultado de mobilização social devido à seca que afetou a navegação no Rio São Francisco e, também, para compensar o grande desmatamento ocorrido para implantação do reservatório da usina hidrelétrica de Furnas.

Vale destacar que o PARNA Canastra protege áreas de transição de Cerrado e Mata Atlântica no Brasil, além de conter sítios históricos, arqueológicos e alta biodiversidade.

Aspectos Abióticos

A área do PARNA Canastra está localizada em região de clima Tropical típico, com duas estações bem definidas; com a estação úmida ocorrendo entre outubro e março, sendo caracterizada pelo excedente hídrico, em especial no trimestre de dezembro a fevereiro; e a estação seca que ocorre entre abril e setembro, com o déficit hídrico acentuado entre junho e agosto, sendo estes também os meses mais frios. A pluviosidade média anual varia entre os 1000 e 1500 mm e a temperatura média entre os 18°C nos meses mais frios e os 22°C nos meses mais quentes (NOVAIS, 2011).

As amplitudes altimétricas variam, aproximadamente, de 600 a 1500 metros. As menores altitudes são verificadas nas bordas das Chapadas e nos vales. Por sua vez, as áreas de maiores altitudes se encontram nas serras e chapadões (MESSIAS, 2014). Ressalta-se o papel do relevo serrano como fator que diferencia as temperaturas e sensações térmicas no alto da Serra da Canastra, favorecendo e influenciando os aspectos das fitofisionomias da área, haja vista as altitudes na parte serrana do Parque que variam de 1080 a quase 1500 metros (NAZAR & RODRIGUES, 2019).

O PARNA Canastra compreende uma complexa zona de recarga regional, determinada pelas áreas de altitudes elevadas na região da Serra da Canastra, onde a presença de aquíferos fissurais (onde a água

infiltra nos chapadões e fica armazenada entre as rochas) e rochas quartzíticas (porosas), exercem forte influência no comportamento dos fluxos da água, tanto em superfície, quanto em subsuperfície (NAZAR & RODRIGUES, 2019). Tais condições refletem nas características das coberturas superficiais da Serra da Canastra, que apresentam uma variação da umidade que se intensifica na época das chuvas, e reduz drasticamente na época seca, fazendo retrain e secar nascentes. Essas nascentes drenam para três bacias hidrográficas distintas: a do Rio São Francisco, a do Rio Grande e a do Rio Paranaíba. Na Serra da Canastra estão localizadas importantes nascentes de duas dessas bacias hidrográficas, sendo, pela bacia do Rio São Francisco, a sua nascente histórica e, pela bacia do Rio Paranaíba, a nascente do Rio Araguari.

Esta riqueza hídrica se manifesta em pelo menos 95 cachoeiras identificadas dentro do Parque, ou bem próximas ao limite da UC. Parte dessas já possuem visitação, tanto ofertada pelo ICMBio como pelos proprietários particulares e arrendatários.

Aspectos Bióticos

O PARNA Canastra está inserido no Bioma Cerrado. De forma geral, o Cerrado é conceituado como uma vegetação xeromorfa com árvores de aspecto tortuoso, preferencialmente de clima estacional, mas podendo também ser encontrado sob climas ombrófilos. Ocorre sobre solos pobres em nutrientes e ricos em alumínio.

A paisagem presente no Parque é composta por ambientes naturais (formações campestres, savânicas e florestais) e antropizados (estradas e acessos; lavras de quartzito abandonadas a céu aberto; culturas anuais e permanentes; pastagens plantadas e reflorestamentos homogêneos). A maior parte do PARNA Canastra é coberta por formações campestres do Cerrado, que englobam três diferentes tipos fitofisionômicos, a saber: campo-sujo, campo rupestre e campo limpo, e por formações savânicas representadas pela fitofisionomia cerrado sentido restrito, o qual inclui as subdivisões fisionômicas cerrado denso, cerrado ralo e cerrado rupestre (IBAMA, 2005).

Apesar de situar-se na região do Bioma Cerrado, a proximidade com o Bioma Mata Atlântica faz com que as florestas nesta região apresentem diversos elementos comuns a este ambiente. Pode-se definir dois grupos de florestas na região. Aquelas presentes em matas de galeria e matas ciliares, associadas aos cursos d'água, geralmente em solos mais úmidos, e as que não possuem associação com os cursos d'água, situando-se nos interflúvios, em solos de maior fertilidade (IBAMA, 2005).

Quanto ao conhecimento da biodiversidade do Parque, a maioria das publicações científicas disponíveis refere-se apenas ao chapadão da Canastra (área abrangida pelo Chapadão do Diamante, Serra da Canastra, Chapadão da Zagaia, Serra Brava, Serra das Sete Voltas e parte do Vão dos Cândidos) onde fica localizado o alojamento para pesquisadores do Jaguarê. Verifica-se uma carência de dados para o restante do Parque, principalmente na sua porção sul. Isso indica que, possivelmente, mais importância o Parque terá, conforme se amplia o seu conhecimento nessa região. Até o momento, foram identificadas no PARNA Canastra aproximadamente 1635 espécies vegetais, sendo várias espécies endêmicas desta UC e da região oeste e sudoeste do Estado de Minas Gerais, revelando, assim, uma rica biodiversidade.

Entre as espécies arbóreas mais comuns no cerrado sentido restrito, encontradas no Parque, estão: canela-de-velho (*Miconia albicans*), papaterra (*Miconia stenostachya*), murici (*Byrsonima* spp.), vinhático (*Platymenia reticulata*), fruta-de-pomba-do-campo (*Erythroxylum suberosum*) e espécies do gênero *Qualea* (*pau-terra*). Ocorrem, ainda, nos campos rupestres, predomínio das famílias de Annonaceae (*Annona* spp.), Apocynaceae (*Aspidosperma* spp.), Asteraceae (*Lychnophora* spp., *Wunderlichia* spp.), Clusiaceae (*Kielmeyera* spp.), Leguminosae (*Acosmium* spp., *Platymenia* spp.) e Vochysiaceae (*Qualea* spp.).

Além dessas, são comuns nas formações campestres, como o campo limpo, as plantas das famílias dos lírios, orquídeas e gramíneas: Amaryllidaceae (*Habranthus* spp.), Iridaceae (*Sisyrinchium* spp.,

Trimezia ssp.), Orchidaceae (*Habenaria* ssp.) e Poaceae (*Aristida* ssp., *Panicum* ssp., *Paspalum* ssp.) e; outras herbáceas das famílias Cyperaceae (*Rhynchospora* ssp.), Apiaceae (*Eryngium* ssp.), Lythraceae (*Cuphea* ssp.), Eriocaulaceae (*Actinocephalus* ssp.), incluindo espécies de plantas carnívoras de família Droseraceae (*Drosera* ssp.). Também são conhecidas 61 espécies ameaçadas de extinção, sendo 21 categorizadas como vulneráveis, e 25 categorizadas como em perigo e sete categorizadas como criticamente em perigo: capim-canastra (*Canastra lanceolata*), *Calea brittoniana*, *Miconia angelana*, *Stevia hilarii*, *Lithobium cordatum*, *Barbacenia lymansmithii*. Outras 40 espécies estão classificadas como presumivelmente ameaçadas.

O Parque abriga uma fauna rica e diversificada, com espécies importantes para a conservação (endêmicas, raras, ameaçadas e/ou quase ameaçadas de extinção). Já foram pesquisados desde bactérias até grandes mamíferos no Parque. Entre as bactérias, foram identificados no Parque 37 gêneros, sendo este grupo um campo de pesquisa para o desenvolvimento de ferramentas com bioindicadores, como observado por PAULA JÚNIOR (2020). Com relação aos invertebrados, já foram registradas 646 espécies no PARNA Canastra, sendo um molusco, 33 crustáceos, 25 aracnídeos e 587 insetos. Dentre as espécies observadas, destacam-se a borboleta *Parides burchellanus*, classificada como criticamente em perigo e as libélulas raras e recém descritas para a ciência observadas por KOROIVA et al. (2019).

No que diz respeito aos animais vertebrados, já foram registradas nesta UC, 52 espécies de peixes, sendo duas espécies de cascudinhos (*Harttia torrenticola* e *Neoplecostomus franciscoensis*) consideradas como ameaçadas de extinção e; 67 espécies de répteis e 49 espécies de anfíbios, sendo que destas, uma espécie de réptil, a jararaquinha (*Bothrops itapetiningae*) e duas espécies de anfíbios, a perereca-de-folhagem-com-perna-reticulada (*Pithecopus ayeaye*) e o sapo-da-terra (*Proceratophrys moratoi*) estão ameaçadas de extinção.

Já foram registradas no PARNA Canastra, 405 espécies de aves, sendo 21 delas ameaçadas de extinção, entre psittacíformes, falconíformes, gallíformes, tinamíformes e passeríformes. Merece destaque o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) considerado criticamente em perigo. A região é de grande importância para a conservação desta espécie, onde estima-se que vivam entre 100 e 110 indivíduos, o que representa 42% da população conhecida na natureza em todo o mundo.

Além disso, foram registradas 96 espécies de mamíferos, sendo 17 consideradas ameaçadas ou quase ameaçadas de extinção. Entre elas estão incluídas o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e o veado-campeiro (*Ozoteros bezoarticus*), espécies comumente observadas no Parque, o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*) e três espécies de roedores (*Euryoryzomys lamia*, *Thalpomys cerradensis* e *Thalpomys lasiotis*). Pesquisas indicam o Parque Nacional como o local de maior densidade populacional de lobos-guará no país e a apontam como essencial para a manutenção dessa espécie.

Cabe citar também a presença de espécies exóticas invasoras, que representam ameaça à biodiversidade da UC. São conhecidas dez espécies da fauna exótica, incluindo abelhas, peixe, aves e mamíferos e seis da flora, entre capins e espécies arbóreas. Dentre elas, os javalis e javaporcos (*Sus scrofa*) são conhecidos por interagir de maneira a prejudicar outras espécies.

Dentre as espécies exóticas, também chamam a atenção, a braquiária (*Urochloa decumbens*), que, com considerável potencial invasor, se espalha por campos perturbados pelo fogo e pastagens, a tilápia (*Coptodon rendalli*) e a abelha-europeia africanizada (*Apis mellifera*). As três são motivos de preocupação, mesmo que em menor grau em relação ao javali (*Sus scrofa*). Algumas espécies domésticas, como cães e gatos, também causam impactos à fauna silvestre, seja pela caça ou doenças transmitidas, especialmente no caso daqueles que circulam livremente sem cuidados pelos donos.

Considerando que o Parque possui predomínio de fitofisionomias nativas, enquanto o seu entorno é ocupado por agricultura, pastagens e fragmentos de mata (MESSIAS & FERREIRA, 2019), reforça-se

a importância da UC para a conservação e viabilidade populacional de espécies da fauna e flora que encontram nesse local um de seus últimos refúgios.

Aspectos Socioeconômicos

A região do Parque é ocupada desde tempos pré-históricos, sendo conhecidos sítios históricos e arqueológicos dentro da UC. Há uma variedade de interesses no território, como, por exemplo, atividades produtivas, o turismo, a pesquisa e serviços ambientais, que precisam seguir permanentemente em diálogo. Além disso, o Parque possuiu áreas onde já houve exploração mineral, que são incompatíveis com o regime de proteção da UC.

Conforme observa BRUNO (2013): “Tradicionalmente, a região é reconhecida por suas atividades agropecuárias e o queijo tipo canastra vem ganhando prestígio nacional e internacionalmente. A pecuária, tanto de leite, como de corte tem sido, juntamente com a cafeicultura, atividades marcantes na região. O turismo aparece como terceira atividade mais importante e hoje, são inúmeras as pousadas na região, embora o turismo influencie em toda a economia local. A produção de grãos, como milho e soja, tem a cada dia maior destaque, assim como a fruticultura.”

Por fim, os serviços de alimentação e de hospedagem são oferecidos nos municípios do entorno e nas propriedades particulares não regularizadas dentro do PARNA Canastra, sendo crescente a participação de moradores na oferta local destes serviços, reforçando a diversidade de setores e interesses na região. O turismo associado aos cânions do reservatório da Hidrelétrica de Furnas também tem influenciado o turismo na Serra da Canastra e a diversificação do perfil dos visitantes.

A produção do queijo canastra, realizada nas propriedades particulares das áreas não regularizadas do Parque, nos municípios da região e outros próximos, foi reconhecida como patrimônio cultural e imaterial brasileiro, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). É um queijo feito com leite cru, coalho e pingo, podendo ser apreciado fresco ou curado.

A população tradicional, detalhada na perícia etnográfica realizada no âmbito do processo judicial, denominada como canastreiros, ocupa o território abrangido por áreas rurais inseridas no Parque e em seu entorno. É constituída por uma série de pequenas comunidades rurais aparentadas, de proprietários rurais, configurando uma continuidade estrutural em pequenos espaços territoriais descontínuos. Compartilham tradições tanto laborais quanto de costumes, como festejos e tradições religiosas. Novos moradores provenientes de outras regiões (chegantes) se instalaram mais recentemente, alguns se integrando em maior ou menor grau às tradições locais, o que torna a situação bastante complexa em termos de classificação destes moradores, a qual não foi exaustivamente detalhada no Laudo Pericial existente.

As principais atividades desenvolvidas pelos moradores tradicionais são a criação do gado bovino, produção do queijo canastra e agricultura e, em algumas localidades, do cultivo de soja e café.

Situações conflitantes

Alguns dos usos que ocorrem no território do PARNA Canastra, apresentam alguma forma de conflito com os objetivos desta unidade de conservação, geralmente relacionada à supressão e à degradação de vegetação nativa e, conseqüentemente, dos ecossistemas protegidos pela Unidade:

Mineração

Desde a extração de cascalho para obras públicas e privadas, extração e comércio de quartzito, até a pesquisa relativa à exploração de diamantes, existem diversos interesses minerários na região.

Expansão agrícola: Há a constante pressão para supressão de vegetação nativa, especialmente de formações campestres do Cerrado, para expansão de monoculturas em áreas de solos mais profundos e formação de pastagens com gramíneas exóticas.

Intensificação de população não residente: Devido às belezas naturais da região, há aumento crescente de demanda por pessoas que não residiam no local para construção de residências ou casas de veraneio, intensificando o parcelamento de propriedades, densidade da população, usos do solo e introdução de animais domésticos, como cães e gatos. Estes últimos, tem interface com a propagação de zoonoses e predação/afugentamento da fauna silvestre.

Turismo Desordenado: A abertura desordenada de trilhas de motos ou veículos com tração 4x4 em áreas frágeis e em grande número, que tem afetado principalmente o Chapadão da Babilônia, resultam em erosão, degradação e perda de habitats.

Incêndios Intencionalmente Provocados: O uso do fogo para renovação de pastagens nativas em desacordo com as normas e as medidas de segurança estabelecidas pode resultar em incêndios florestais descontrolados. Existem também incêndios provocados intencionalmente, por motivos diversos (retaliação à política ambiental, protesto, piromaníacos).

PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes fundamentais de um plano de manejo incluem o propósito da unidade de conservação, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente não mudam com o tempo e devem ser considerados em planejamentos e esforços de manejo futuros.

Propósito da Unidade de Conservação

O propósito baseia-se em uma análise cuidadosa da razão de sua existência, incluindo a legislação e os estudos prévios à criação, os quais influenciaram a sua implantação. A declaração de propósito estabelece o alicerce para o entendimento do que é mais importante acerca da Unidade e vai além de apenas reafirmar o decreto de criação.

Propósito do Parque Nacional da Serra da Canastra:

“O Parque Nacional da Serra da Canastra, localizado no sudoeste de Minas Gerais, abriga a nascente histórica do Rio São Francisco, o rio da integração nacional, bem como nascentes de outras importantes bacias hidrográficas, protegendo predominantemente campos nativos do cerrado e sua biodiversidade, além disso, as suas belezas são atrativos para lazer e turismo, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental”.

Declarações de Significância

Declarações de significância expressam porque os recursos e valores de uma UC são importantes o bastante para justificar a sua criação e integração ao sistema federal de unidades de conservação. Tais declarações devem estar diretamente associadas ao seu propósito e têm base no conhecimento disponível, nas percepções culturais e no consenso entre as partes envolvidas.

As declarações de significância descrevem a natureza única da unidade, bem como porque a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados. Tais declarações são construídas de forma participativa

durante a oficina de elaboração do plano de manejo e são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento, a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da unidade sejam preservados.

A UC conta com seis declarações de significância:

- O PARNA Canastra é único por proteger a nascente histórica do Rio São Francisco. Sítios arqueológicos com pinturas rupestres, muros, currais e casas de pedras são legados dos povos ancestrais locais que deixaram suas histórias e lendas vivas.
- O PARNA Canastra contribui para a preservação do modo de vida “canastreiro” com sua hospitalidade, culinária, cultura, patrimônio imaterial brasileiro, reconhecido mundialmente na produção do queijo da Canastra e produção de cafés. Além disso, as famílias locais geram renda e emprego na região, com atividades agropecuárias contribuindo para a economia e desenvolvimento.
- A diversidade de paisagem do PARNA Canastra, com altitudes variando de 600 a 1500 metros, propicia diferentes paisagens com características únicas e singulares. Os chapadões da Canastra e da Babilônia, pontos mais altos do Parque, caracterizam-se pelos campos nativos (campos limpos, sujos e rupestres) e presença de rica fauna, ar leve e puro. As águas da Canastra compõem a beleza da paisagem. O Rio São Francisco, após serpentear por seus topos planos, se lança de uma altura de 186 metros proporcionando bem-estar e uma profunda conexão e interação com o divino.
- Os chapadões e serras do PARNA Canastra funcionam como recarga hídrica das bacias dos rios Paranaíba, Grande e São Francisco, sendo que este último, com suas águas limpas, percorre diferentes biomas e abastece o Nordeste brasileiro contribuindo para a segurança hídrica de parte do território nacional.
- O PARNA Canastra é um dos mais visitados do Brasil, lugar de vislumbre de grandes quedas d’água e de reconhecimento internacional, por ser o berço da nascente histórica do Rio São Francisco; neste cenário respiramos a hospitalidade mineira e contemplamos uma obra prima composta por vales e serras, proporcionando aos visitantes e à comunidade local, experiências significativas de lazer, esportes e educação, em contato com o meio ambiente e a cultura canastreira.
- O PARNA Canastra é considerado uma área de importância biológica extremamente alta, que abriga uma diversidade de formações do Cerrado, com destaque para os campos nativos e cerrados rupestres, que servem de berçários e refúgios para espécies da flora e fauna ameaçadas e/ou endêmicas, como o capim-canastra, a canela-de-ema e o arbusto *Miconia angelana*, a borboleta *Parides burchellanus*, o lagarto *Stenocercus canastra*, o veado-campeiro, o tatu-canastra e aves como o inhambu-carapé, o galito, o tico-tico-de-máscara-negra, o tapaculo-de-brasília, o andarilho e o caminheiro-grande e mamíferos como o veado-campeiro e tatu-canastra. O Parque é referência mundial para populações saudáveis de pato-mergulhão, lobo-guará e tamanduá-bandeira.

Recursos e Valores Fundamentais

Os Recursos e Valores Fundamentais (RVF) são aqueles aspectos ambientais (espécies, ecossistemas ou processos ecológicos), sociais, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que, em conjunto, são representativos de toda a UC. Eles devem ser levados em conta, prioritariamente, durante os processos de planejamento e manejo porque são essenciais para atingir o propósito da UC e manter sua significância. Os RVF são afirmações específicas baseadas em características, espécies, sistemas, processos, experiências, histórias, cenas, sons, cheiros e outros atributos da unidade de conservação que estão intimamente ligados ao seu ato legal de criação e são mais específicos que as declarações de significância. Por isso, uma das responsabilidades mais importantes dos gestores é garantir a conservação e o desfrute público dos RVF, quando for o caso, pois se forem degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Foram identificados cinco recursos e valores fundamentais para o PARNA Canastra, sendo que todos possuem uma ou mais palavras-chave que resumem e identificam seu enunciado.

- **ÁGUA**: Recurso fundamental para a vida é encontrado em abundância no PARNA Canastra. O potencial hídrico da região é incontestável, pois abriga diversas nascentes, dentre eles a nascente histórica do Rio São Francisco. Os chapadões são importantes áreas de recarga hídrica, pois apresentam rochas quartzíticas e aquíferos fissurais que armazenam água e direcionam para as bacias do Rio São Francisco, Rio Grande e Rio Paranaíba.
- **CULTURA TRADICIONAL**: A cultura canasteira possui um modo de ser, fazer e viver em conexão com a natureza local, através do uso de campos nativos com manejo do fogo associada a produção de queijo da canastra e agricultura. Neste universo, também estão presentes as tradições culturais como a Folia das Almas, Folia de Reis, a catira (troca), a religiosidade, as cavalgadas e as festas locais com enfoque gastronômico.
- **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICO**: Como testemunho da cultura temos muros, casas e currais de pedra, sedes e ruínas de antigas fazendas, em vários locais do PARNA Canastra, além disso, existem pinturas rupestres (Letreiros e Samambaia) que são memórias dos nossos ancestrais.
- **CERRADO E BIODIVERSIDADE**: O Cerrado do PARNA Canastra é composto predominantemente por formações campestres (campos limpo, sujos e rupestres). Compreende também cerrados rupestres, matas ciliares e florestas com influência da mata atlântica, abrigando uma expressiva diversidade biológica, que inclui muitas espécies ameaçadas de extinção. A flora do Parque é composta por mais de 1600 espécies já identificadas. Em seus campos, formação predominante, podemos encontrar sempre-vivas, canelas-de-ema, orquídeas, lírios e um sem-número de plantas. Em relação à fauna, já foram catalogados mais de 600 invertebrados dos quais se destacam as libélulas *Franciscogrion franciscoi*, *F. longispinum*, *Franciscobasis franciscoi*, *F. sonia*, *Minagrion franciscoi* e *Oxyagrion franciscoi* e a borboleta *Parides burchellanus* e mais de 650 espécies de vertebrados, das quais se destacam o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), o veado-campeiro (*Ozotoceros bezoarticus*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o galito (*Alectrurus tricolor*), o tico-tico-de-máscara-negra (*Coryphaspiza melanotis*), o tapaculo-de-brasília (*Scytalopus novacapitalis*), o andarilho (*Geositta poecilopecta*) e o caminheiro-grande (*Anthus nattereri*).
- **TURISMO, PAISAGENS, SERRAS E VALES**: O PARNA Canastra se destaca pelas serras e chapadões escarpados, separados por depressões intermontanas que formam grandes vales. Nesses tipos de relevo correm rios, cachoeiras, formam-se praias de água doce, constituindo um mosaico único de paisagens de uma beleza ímpar. Destaca-se também elementos antrópicos integrados à paisagem natural, como por exemplo casarões antigos, muros e currais de pedra. A região é estrategicamente localizada próxima a centros urbanos, com infraestrutura e serviços turísticos para o atendimento aos visitantes nos segmentos: ecoturismo, esportes, rural, cultural, de bem-estar, aventura e um potencial para Turismo de Base Comunitária.

PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos de um plano de manejo incluem o levantamento das necessidades de dados e planejamento, realizado a partir da análise dos recursos e valores fundamentais, da identificação das questões-chave. Também incluem a priorização das necessidades de dados e planejamento e a identificação de subsídios para interpretação ambiental.

Esses componentes são denominados dinâmicos porque podem mudar com o tempo. Quando houver alterações no contexto relacionado às condições e tendências dos recursos e valores fundamentais e estes mudarem, a análise da necessidade de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, juntamente com as questões-chave.

Portanto, essa parte do plano será atualizada quando houver necessidade, não havendo um prazo determinado. Os subsídios para interpretação ambiental serão avaliados e poderão ser atualizados para sua inserção nos projetos interpretativos da UC.

Levantamento das Necessidades de Dados e Planejamentos

Uma vez identificados os componentes fundamentais (Parte 1), é importante relacionar e avaliar a informação existente sobre os recursos e valores fundamentais (RVF) da UC e desenvolver uma análise completa das necessidades de dados e de planejamento visando proteger os RVF e assegurar o propósito e a significância da Unidade.

A avaliação dos recursos e valores fundamentais é realizada em três etapas:

1. Análise dos recursos e valores fundamentais, que inclui o levantamento das necessidades de dados e planejamento associados a cada RVF;
2. Identificação de questões-chave e das necessidades de dados e planejamentos associadas; e
3. Priorização das necessidades de dados e das necessidades de planejamento.

As necessidades de dados são informações provenientes de inventários, estudos, atividades de pesquisa e análises para fornecer conhecimento adequado sobre as condições e tendências dos RVF da UC, bem como as informações necessárias para elaborar e executar com êxito os planejamentos necessários para a UC.

As necessidades de planejamento são definidas visando a proteção de algum RVF ou a melhoria na sua condição atual. Com base nelas, serão elaborados os planejamentos específicos ou outros planejamentos, que incluem um conjunto de estratégias, ações ou atividades destinadas a proteger os RVF, propósito e significâncias da UC.

Os planejamentos específicos são os documentos de planejamento que preveem algum tipo de intervenção na biota da UC, seja decorrente de uso direto dos recursos naturais, uso indireto, instalação de infraestruturas ou alterações necessárias para manejo e conservação de espécies e ecossistemas.

Além de estratégias e ações, os planejamentos específicos podem contemplar um conjunto de normas que orientam a gestão e o uso da área, em complementação às normas previstas no presente plano de manejo.

Tanto os planejamentos específicos quanto os outros planejamentos devem ser desenvolvidos pela equipe da UC em conjunto com o setor do ICMBio responsável pelo assunto em questão, conforme previsto no Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio.

Análise dos Recursos e Valores Fundamentais

A análise de recursos e valores fundamentais (RVF) aponta as condições atuais, tendências, ameaças, necessidades de dados ou planejamento relacionadas a cada recurso ou valor identificado durante a oficina de elaboração do plano de manejo.

A sistematização desta análise para o PARNA Canastra nos quadros (1 a 5) a seguir e nos diagramas constantes do anexo 1 deste Plano de Manejo.

RVF Cerrado e sua Biodiversidade

A avaliação do Cerrado e sua biodiversidade indicou que a condição atual deste recurso na área regularizada do Parque está em estado de conservação estável, mas a tendência é que se torne sensível, ou seja, mais suscetível a degradação. Já nas áreas não regularizadas, o RVF encontra-se em estado de conservação sensível, com a tendência de se tornar muito sensível. Os dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que 24% da vegetação natural do Cerrado localizada na área não regularizada do Parque foi suprimida até 2021. A supressão dentro dos polígonos de regularização mais recente, localizados no Chapadão da Babilônia, atingiu 5,74 %. Por sua vez, apenas 0,1 % das áreas regularizadas foi observada supressão da vegetação nativa (MESSIAS, 2022).

Para monitorar essa tendência, foram apontadas necessidades de levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais, abrangendo também a análise da qualidade ambiental da Unidade, com a prévia autorização dos proprietários nas áreas não regularizadas.

Foram pontuadas como ameaças ao Cerrado e a sua biodiversidade uma série de fatores como: a falta de saneamento de moradias e demais estruturas inseridas nos limites do Parque, recursos humanos e infraestrutura insuficientes para atendimento das demandas da gestão, incêndios, turismo desordenado e de observação de fauna, invasão biológica por espécies exóticas, caça, presença de animais domésticos nas áreas regularizadas, uso de agrotóxico, mineração e turismo fora de estrada (*off-road*), sendo fundamental a necessidade de estudos dos impactos ambientais para ordenamento da atividade. Ademais, considera-se a falta de regularização fundiária, a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, associada ao aumento da comercialização/parcelamento de terras na Unidade e à proliferação desordenada de obras/construções como ameaças relevantes ao RVF. A intensificação da ocupação humana e uso alternativo do solo podem potencializar algumas das ameaças listadas, como os incêndios e o turismo desordenado, entre os outros já citados

Entre os diversos planejamentos específicos para minimizar as ameaças, foram apontados: **Plano de gestão socioambiental** com destaque para a questão do saneamento básico na área não regularizada; **Plano de incremento de servidores e infraestruturas do Parque** considerando a necessidade de prover equipe para atendimento das demandas do território e de reforma, manutenção e ampliação da infraestrutura da UC; **Programa de educação ambiental** com enfoque para mudanças na prática de uso de agrotóxicos nas áreas não regularizadas, no ordenamento da visitação e na conduta consciente de visitação em ambientes naturais; **Plano de proteção** incluindo fiscalização direcionada para as questões de caça de animais silvestres e mineração; **Plano de pesquisa** para subsidiar a conservação da biodiversidade e os demais planejamentos; **Plano de controle e erradicação de espécies invasoras – EEI** que deve contemplar tanto as espécies da fauna e flora que são invasoras biológicas. Porém, devido aos danos ambientais, econômicos e abrangência de invasão, deve ser elaborado o **Plano de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras – EEI específico para o Javali**. Para refrear a presença de animais domésticos nas áreas regularizadas do Parque é importante que o **Plano de proteção** contemple a implantação de cercas para conter a presença de animais domésticos nas áreas regularizadas, sendo também necessário o **Plano de parceria e articulações interinstitucional** para a implantação de saúde única (zoonoses), incluindo a monitoria do impacto da presença de animais domésticos nas áreas regularizadas do Parque e sobre a população do lobo-guará. Além disso, o **Plano de consolidação territorial** também é considerado relevante para a conservação deste RVF e deve definir áreas prioritárias para consolidação da UC.

O **Plano de uso público (PUP)** deve contemplar especialmente o ordenamento da visitação nas novas áreas regularizadas do Parque e o ordenamento do turismo motorizado. O turismo fora de estrada (*off-road*) deve ser direcionado para o trânsito em estradas rurais consolidadas e, integrado com outros planejamentos, devem ser coibidas novas prospecções em áreas de vegetação nativa e promovida a restauração ecológica de áreas utilizadas irregularmente para a atividade.

Outro planejamento específico apontado foi o **Plano de manejo integrado do fogo (PMIF)**, que vem sendo implementado com sucesso na UC, com diminuição dos incêndios e valorização dos saberes

e práticas tradicionais para as queimas controladas. O PMIF deve prever a articulação institucional com órgão estadual do meio ambiente para autorização de queima de forma ágil e acessível aos produtores nas propriedades do entorno do Parque, de forma que os esforços alcançados no interior da UC não sejam prejudicados por incêndios oriundos do entorno.

Quadro 1. Análise do RVF Cerrado e sua Biodiversidade.

Cerrado e sua Biodiversidade	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> estado de conservação estável (áreas regularizadas) estado de conservação sensível (áreas não regularizadas)
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> sensível (áreas regularizadas) muito sensível (áreas não regularizadas)
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> falta de saneamento recursos humanos e infraestrutura insuficientes para gestão da UC incêndios turismo desordenado turismo fora de estrada (<i>off-road</i>) turismo desordenado de observação de fauna invasão biológica por espécies exóticas caça presença de animais domésticos nas áreas regularizadas uso de agrotóxico mineração na UC falta de regularização fundiária supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo parcelamento do solo para usos irregulares obras/construções desordenadas
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais estudos dos impactos ambientais para ordenamento do turismo motorizado
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Plano de gestão socioambiental Plano de incremento de servidores e infraestruturas do Parque Plano de manejo integrado do fogo (PMIF) Plano de uso público (PUP) Programa de educação ambiental Plano de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras – EEI Plano de controle e erradicação de espécies exóticas invasoras - EEI Javali Plano de proteção Plano de parceria e articulações interinstitucional Plano de pesquisa Plano de consolidação territorial

RVF Água

O RVF Água, nas nascentes localizadas em áreas regularizadas do Parque, está em bom estado de conservação. Porém, especialmente nas áreas de encostas e vales, que sofrem em algumas regiões com a entrada excessiva de sedimentos, principalmente na estação chuvosa, por consequência do solo desprovido de vegetação nativa e em processo erosivo, o estado de conservação é considerado ruim, e existe uma tendência de continuidade, sendo apontada a necessidade de análise da qualidade da água para confirmar esse horizonte.

Foram pontuadas as seguintes ameaças à água: turismo desordenado, degradação da mata ciliar, invasão por javali, áreas degradadas, mineração clandestina, uso de agrotóxico, estradas malfeitas, erosão, fogo/incêndio, falta de saneamento e destinação de resíduos imprópria.

Para minimizar estas ameaças foram identificados os seguintes planejamentos específicos e necessidade de dados correlacionados: **Programa de educação ambiental** com ênfase no saneamento básico na área não regularizada, na importância da preservação e recuperação das matas ciliares, no ordenamento da visitação e na conduta consciente de visitação em ambientes naturais; **Plano de sinalização de limites** em especial nas áreas com ocorrência de turismo desordenado e mineração ilegal; **Plano de proteção** com enfoque nas ações preventivas ao turismo desordenado, mineração clandestina e uso irregular de agrotóxicos; **Plano de recuperação** associado a necessidade de mapeamento das áreas degradadas erodidas, à recuperação de matas ciliares e ao mapeamento de risco; **Plano de controle e erradicação de espécie exótica invasora - EEI Javali**, a fim de preservar nascentes e matas ciliares, com o censo e controle da população; **Plano de regularização fundiária**, **Plano de gestão socioambiental** com enfoque na diminuição de uso de agrotóxicos; **Plano de mobilidade e recuperação de estradas** em conjunto com os municípios, tendo em vista que a manutenção de estradas sem técnicas adequadas provoca o carreamento de solo para os rios; **Plano de parceria e articulações interinstitucionais** que inclua a questão da conservação do solo e água, bem como **Plano de manejo integrado do fogo (PMIF)** para o controle de incêndios, associado a prática de queima controlada e a necessidade de mapeamento de risco. Por fim, para minimizar os impactos negativos do turismo desordenado, o **Plano de uso público (PUP)** deve incluir a sinalização, bem como a necessidade de inventário da oferta turística e planejamentos municipais de turismo (PMT) e rotas turísticas.

Quadro 2. Análise do RVF Água.

Água	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • boa • ruim fora das nascentes
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • continuidade
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • turismo desordenado • degradação da mata ciliar • invasão por javali • áreas degradadas • mineração clandestina • uso de agrotóxico • estrada malfeita • erosão • fogo/incêndio • falta de saneamento • destinação de resíduos imprópria
Necessidades de dados e/ou informações geográficas	<ul style="list-style-type: none"> • inventário da oferta turística • mapeamento das áreas degradadas erodidas • mapeamento de risco
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de educação ambiental • Plano de uso público (PUP) • Plano de proteção • Plano de recuperação • Plano de controle e erradicação de espécie exótica invasora – EEI Javali • Plano de consolidação territorial • Plano de gestão socioambiental • Plano de mobilidade e recuperação de estradas • Plano de parceria e articulações interinstitucionais • Plano de manejo integrado do fogo (PMIF)

RVF Cultura Tradicional

A avaliação da Cultura Tradicional indicou que a sua condição atual é forte, pois a região da Serra da Canastra possui uma identidade cultural marcante. Porém, este recurso também é considerado sensível, com tendência de manutenção.

No rol de ameaças à cultura tradicional foram indicadas as restrições das atividades econômicas, o conflito territorial com órgão gestor do Parque, a falta de autonomia sobre a propriedade, a dificuldade de acesso (manutenção das estradas), a especulação imobiliária, o turismo desordenado, a globalização/choque cultural e a monocultura em larga escala.

Para minimizar estas ameaças foram identificadas as seguintes necessidades de dados: estudo para revisão de limites, recategorização ou desafetação, estudo do levantamento dos polígonos das propriedades, definindo a dimensão territorial (fundiária) das propriedades e levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais.

Em relação aos planejamentos específicos, foram apontados: **Plano de parceria e articulações interinstitucionais**, **Plano de mobilidade e recuperação de estradas**, que deve incluir a questão da acessibilidade as propriedades canastreiras e ordenamento turístico; **Programa de educação ambiental** voltado para a conduta consciente de visitação em ambientes naturais; **Plano de uso público (PUP)** para o ordenamento da visitação no território; e o **Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF)**. Além disso, é essencial a elaboração do **Plano de gestão socioambiental**, em conjunto com as comunidades, visando o fortalecimento e a compreensão das necessidades para elaboração de termo de compromisso (ou outra alternativa) que seja viável para a continuidade das atividades tradicionais até que a questão fundiária seja resolvida, visando compatibilizar as normas que regem a Unidade de Conservação, com os usos das populações tradicionais ali residentes, conforme compromisso assumido em juízo pelo ICMBio e o Termo de Compromisso firmado com o MPF (P.A. Nº 1.22.004.000219/2014-60). Nesse contexto, considera-se também importante para este RVF o **Plano de consolidação territorial**, visando a resolução do conflito territorial e a pacificação das relações entre as comunidades tradicionais e o órgão gestor do Parque.

Quadro 3. Análise do RVF Cultura Tradicional.

Cultura Tradicional	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none">• forte, possui identidade cultural, mas é sensível
Tendência	<ul style="list-style-type: none">• manutenção
Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• restrições das atividades econômicas• conflito territorial com órgão gestor do Parque• falta de autonomia sobre a propriedade• dificuldade de acesso (manutenção das estradas)• especulação imobiliária• turismo desordenado• globalização/choque cultural• monocultura em larga escala
Necessidade de dados e/ou sistema de informações geográficas	<ul style="list-style-type: none">• levantamento dos polígonos das propriedades• levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais• estudo para revisão de limites, desafetação e recategorização.
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none">• Plano de parceria e articulações interinstitucionais• Plano de mobilidade e recuperação de estradas• Programa de educação ambiental• Plano de uso público (PUP)• Plano de gestão socioambiental

	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de consolidação territorial • Plano de manejo integrado do fogo (PMIF)
--	---

RVF Patrimônio Arqueológico Histórico

O Patrimônio Arqueológico Histórico encontra-se em bom estado de conservação, entretanto, a tendência é de perda por processos naturais, sendo necessário estudo (diagnósticos) para levantar e qualificar o patrimônio.

Dentre as ameaças a esse RVF estão incluídos os fatores naturais, visitação desordenada, abandono na manutenção do patrimônio histórico e degradação pelos humanos. Para diminuir essas ameaças, são previstos os seguintes planejamentos principais e necessidade de dados correlacionados: estudo de intervenção e infraestrutura de apoio para patrimônio histórico, **Plano de uso público**, sendo necessário um estudo de viabilidade do uso do patrimônio para os serviços de uso público; **Programa de educação ambiental** que vise a valorização e manutenção da integridade patrimonial; **Plano de parceria e articulações interinstitucionais** para preservação e conservação dos sítios históricos e arqueológicos; e **Plano de proteção** para prevenção da degradação patrimonial, em especial aquela associada ao turismo desordenado.

Quadro 4. Análise do RVF Patrimônio Arqueológico e Histórico.

Patrimônio Arqueológico e Histórico	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> • Boa
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> • Perda por processos naturais
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> • fatores naturais • visitação desordenada • abandono na manutenção do patrimônio histórico • degradação pelos humanos
Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica	<ul style="list-style-type: none"> • estudo de intervenção e infraestrutura de apoio para patrimônio histórico • estudo de viabilidade do uso do patrimônio para UP (serviços) • mapeamento e diagnóstico do patrimônio arqueológico e histórico
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de uso público (PUP) • Programa de educação ambiental • Plano de parceria e articulações interinstitucionais • Plano de proteção

RVF Oportunidade para lazer e turismo

Foi avaliado que a condição de Oportunidade para lazer e turismo está ruim, pois as infraestruturas e serviços no Parque estão precários e apesar de ocorrer a visitação, o seu potencial é bem maior. Para esta situação existem duas tendências: de melhoria (se forem implementadas ações coordenadas com a participação de diferentes entes), ou, de piora (se não ocorrer ações de ordenamento).

As principais ameaças relacionadas ao RVF são: turismo desordenado (informalidade, falta de profissionalismo e inatividade do poder público), estradas precárias, falta de sinalização, conflito comunidade X ICMBio (inseguranças jurídicas quanto a questão fundiária), falta de valorização (poder público local e sociedade), degradação ambiental, (ocupações irregulares de Áreas de Preservação Permanente – APPs), descaracterização da paisagem, espécies exóticas e especulação imobiliária.

Os planejamentos necessários para reduzir essas ameaças são: o **Plano de sinalização de limites**; **Plano de parceria e articulações interinstitucionais**, que viabilize espaço para o poder público e comunidade dialogar e construir acordos e que também englobem o ordenamento territorial rural, consoante plano diretor e planejamentos urbanos dos municípios do Parque; **Plano de incremento de**

servidores e infraestruturas do Parque incluindo pessoal, equipamentos e infraestrutura para proteção e ordenamento da visitação; **Programa de educação ambiental** que promova a valorização dos atributos naturais e sociais protegidos pelo Parque e a importância das áreas de preservação permanente (em especial matas ciliares); **Plano de comunicação** que estreite a relação entre poder público e a sociedade; **Plano de consolidação territorial**, que abranja as questões do conflito territorial nas áreas não regularizadas; **Plano de mobilidade e recuperação de estradas** considerando a necessidade de boas condições das estradas para esse RVF e incorpore estudos de acessos das vicinais envolvendo as diversas instituições públicas, comunidade e COMTUR.

Por fim, é essencial que o **Plano de uso público (PUP)** incorpore: protocolo de monitoramento da visitação mencionado na oficina como capacidade de carga, banco de dados para informação geográfica SIG (localização de estradas, pontos turísticos e de recreação, infraestrutura e serviços), ordenamento do turismo motorizado e protocolo de gestão de segurança e considere a integração do turismo rural nas áreas não regularizadas.

Quadro 5. Análise do RVF Oportunidade para lazer e turismo.

Oportunidade para lazer e turismo	
Condições atuais	<ul style="list-style-type: none"> Ruim
Tendências	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar, se forem implementadas ações coordenadas com diferentes entes Piorar, se não houver ações de ordenamento
Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> turismo desordenado (informalidade, falta de profissionalismo e inatividade do poder público) estradas precárias falta de sinalização conflito comunidade x ICMBio (inseguranças jurídicas quanto a questão fundiária) falta de valorização (poder público local e sociedade) degradação ambiental, (ocupações irregulares de APPS) descaracterização da paisagem espécies exóticas especulação imobiliária
Necessidades de dados e/ou sistema de informação geográfica	<ul style="list-style-type: none"> estudos para revisão de limites desafetação ou recategorização protocolo de monitoramento da visitação banco de dados para informação geográfica SIG (localização de estradas, pontos turísticos e de recreação, infraestrutura e serviços) estudos de acessos das vicinais, envolvendo as diversas instituições públicas, comunidade e COMTUR protocolo de gestão de segurança
Necessidade de planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Plano de sinalização Plano de gestão socioambiental Plano de incremento de servidores e infraestruturas do Parque Programa de educação ambiental Plano de comunicação Plano de consolidação territorial Plano de parceria e articulações interinstitucionais Plano de uso público (PUP) Plano de mobilidade e recuperação de estradas

Questões-Chave

As questões-chave descrevem dificuldades enfrentadas pela gestão da unidade, impedindo que esta seja efetiva. Normalmente é um gargalo de gestão para efetiva consolidação da UC. Elas são complementares aos recursos e valores fundamentais e podem abordar assuntos cruciais não diretamente

ligados ao propósito e significância, mas que os afete indiretamente. Normalmente, uma questão-chave é um problema que pode ser abordado por um esforço de planejamento futuro ou uma necessidade de captação de dados e que exige uma decisão de gestão.

Para o Parque Nacional da Serra da Canastra foram identificadas três questões chave: **recursos humanos e estrutura/infraestrutura** considerados insuficientes para a gestão da UC, **conflito territorial**, e **comunicação e informação**. Cabe mencionar que essas questões chaves estão apresentadas segundo a ordem de definição e descrição durante a Oficina, conforme apresentado no Quadro 6.

O **Plano de incremento de servidores e infraestruturas do Parque** tem por objetivo proporcionar uma maior estruturação da Unidade de Conservação, tanto no que se refere a ampliação do quadro funcional, quanto para aquisição de equipamentos e a reforma, manutenção e ampliação da infraestrutura em geral. Deve ser considerado neste planejamento a gestão das novas áreas regularizadas da UC.

Considerando que no momento, 52,9 % do Parque é constituído de áreas não regularizadas e com propriedade privadas e moradores, o **Plano de consolidação territorial** aparece com uma questão-chave. Este plano deve abordar as áreas prioritárias para consolidação do Parque, segundo seus atributos naturais e as áreas com situação conflitante com os objetivos da UC, como por exemplo, os locais com ocupação por moradores, áreas de uso alternativo do solo, demandas de construções dos moradores e demais informações que subsidiem a revisão dos limites, desafetação e/ou recategorização da UC nas áreas não regularizadas. Esta demanda decorre da previsão do Art. 4º do Decreto nº 70.355, de 1972 e da descaracterização de parte da área não regularizada do Parque no período de 1981 (publicação do primeiro plano de manejo) a 2002 (estudos de revisão do plano de manejo), quando parte do território do Parque não foi gerido como unidade de conservação.

Por fim, para a questão chave comunicação e informação foi apontada a importância do **Plano de gestão socioambiental** e de **Plano de comunicação**, com objetivo proporcionar uma maior divulgação do Parque, tanto para as comunidades inseridas no Parque e no entorno, quanto para o público em geral. Ademais, foi considerada a necessidade de **Plano capacitação**, cuja elaboração deve ter como foco a comunicação da equipe do Parque com o turista. **Quadro 6.** Questões-Chave definidas para o Parque Nacional da Serra da Canastra.

QUESTÕES-CHAVE: NECESSIDADE DE DADOS E PLANEJAMENTOS	
Questão-chave A: recursos humanos e estrutura/infraestrutura	
Necessidade de dados	Não foram identificadas necessidades de dados para essa questão-chave.
Necessidade de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Plano de incremento de servidores e infraestruturas do Parque
Questão-chave B: conflito territorial	
Necessidade de dados	<ul style="list-style-type: none"> Estudos para revisão territorial do Parque
Necessidade de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Plano de consolidação territorial
Questão-chave C: comunicação e informação	
Necessidade de dados	Não foram identificadas necessidades de dados ou SIG para essa questão-chave.
Necessidade de Planejamento	<ul style="list-style-type: none"> Plano de gestão socioambiental (com foco na comunicação) Plano de comunicação Plano de capacitação

Priorização das Necessidades de Dados e Planejamentos

Considerando o grande número de necessidades de dados e planejamento elencados e os desafios para a sua implementação, é necessário realizar uma classificação por ordem de prioridade de execução. A construção de uma lista de prioridades ajuda a UC a concentrar seus esforços na proteção de recursos e valores fundamentais e, conseqüentemente, na sua significância e no seu propósito e a abordar suas questões de manejo mais importantes.

Primeiramente, as necessidades de planejamento e de dados que eram similares ou complementares entre si foram unidas para agrupar a informação e facilitar a análise. A partir desse agrupamento, a priorização das **necessidades de planejamento e dados** dos recursos e valores fundamentais e das questões-chave foi realizada em duas etapas pelos participantes da oficina, com base no atendimento dos seguintes critérios:

- Sua execução favorece a resolução de conflitos na UC?
- Está relacionada aos RVF e às ameaças mais críticas para a conservação da UC?

Observando esses critérios, para o PARNA Canastra os participantes da oficina do plano de manejo votaram necessidades de planejamento e nas necessidades de dados para cada critério. Os votos constantes nas planilhas de todos os participantes foram somados e as necessidades de planejamento e de dados foram ranqueadas separadamente de acordo com o total de votos e então separadas em três classes: alta, média ou baixa.

Para a definição das classes das necessidades de planejamentos específicos do PARNA Canastra ficou definido como prioridade baixa os planejamentos e as necessidades de dados do que receberam de 6 (seis) até 14 (quatorze) votos, prioridade média os que receberam de 15 (quinze) até 23 (vinte e três) votos, e prioridade alta os planejamentos que receberam acima de 23 (vinte e três) votos, conforme Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Resumo dos resultados da priorização das necessidades de planejamentos do PARNA Canastra.

CONTEXTO DA AVALIAÇÃO	PRIORIDADE ALTA	PRIORIDADE MÉDIA	PRIORIDADE BAIXA
Necessidades de planejamentos (16)	3 (19%)	5 (31%)	8 (50%)

Tabela 2. Priorização das necessidades de planejamentos e dados do PARNA Canastra.

RVF ASSOCIADO	NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	NECESSIDADE DE DADOS VINCULADA AO RVF	Priorização
QC - Conflito Territorial, Águas, Oportunidade para lazer e turismo	Plano de Consolidação Territorial	Estudo para revisão de limites, recategorização ou desafetação. Estudo de possibilidades de construção de infraestrutura para turismo nas áreas não regularizadas.	ALTA
Águas, Cultura Tradicional, Cerrado e sua Biodiversidade, Oportunidade para lazer e turismo, QC - Comunicação e Informação, QC - Conflito territorial	Plano de Gestão Socioambiental	Estudo para revisão de limites, recategorização ou desafetação (levantamento dos polígonos das propriedades); Levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais	ALTA
Águas, Cultura Tradicional, Patrimônio Arqueológico-histórico, Cerrado e sua Biodiversidade, Oportunidade de lazer e turismo	Plano de Uso Público	Inventário da Oferta Turística (Planejamentos Municipais de Turismo e Rotas Turísticas), Estudo de viabilidade do uso do patrimônio histórico para Uso público e das intervenções e infraestrutura; Estudos dos impactos ambientais para ordenamento do turismo motorizado ¹ , protocolo de monitoramento da visitação, Banco de Dados SIG - localização de estradas, pontos turísticos e recreação, infraestrutura e serviços, Turismo rural na estratégia do PUP, Protocolo de gestão de segurança, Projeto de sinalização interpretativa	ALTA
Águas, Cerrado e sua Biodiversidade	Plano de Controle e Erradicação de Espécie Exótica Invasora - EEI Javali		MÉDIA
Águas, Cultura Tradicional, Cerrado e sua Biodiversidade, Oportunidade de lazer e turismo	Plano de Mobilidade e Recuperação de Estradas		MÉDIA

¹ O turismo fora de estrada (*off-road*) possui modalidades incompatíveis com a regime de proteção da UC e a legislação ambiental em geral. Esta atividade deve ser direcionada para o trânsito em estradas rurais consolidadas e, integrado com outros planejamentos, coibir novas prospecções em áreas de vegetação nativa e promover a restauração ecológica de áreas utilizadas irregularmente para a atividade.

Cerrado e sua Biodiversidade, Oportunidade para lazer e turismo, QC - Recursos Humanos e infraestrutura insuficiente	Plano de Incremento de servidores e infraestruturas do Parque		MÉDIA
Águas, Cultura Tradicional, Patrimônio Arqueológico-histórico, Cerrado e sua Biodiversidade, Oportunidade de lazer e turismo	Programa de Educação Ambiental	Levantamento dos aspectos físicos, biológicos e sociais	MÉDIA
Águas, Cultura Tradicional, Patrimônio Arqueológico-histórico, Cerrado e sua Biodiversidade,	Plano de Parceria e Articulações Interinstitucionais		MÉDIA
Águas, Patrimônio Arqueológico-histórico, Cerrado e sua Biodiversidade	Plano de Proteção		BAIXA
Águas, Cerrado e sua Biodiversidade, Cerrado e sua Biodiversidade,	PMIF - Plano de Manejo Integrado do Fogo	Mapeamento de risco	BAIXA
Águas	Plano de Recuperação	Mapeamento das áreas degradadas e erodidas; Mapeamento de risco	BAIXA
Oportunidade para lazer e turismo, QC comunicação e informação	Plano de Comunicação		BAIXA
Cerrado e sua biodiversidade	Plano de Pesquisa		BAIXA
Cerrado e sua Biodiversidade,	Plano de Controle e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras - EEI		BAIXA
Oportunidade para lazer e turismo	Plano de Sinalização de limites		BAIXA
QC- Comunicação e Informação	Plano de Capacitação		BAIXA

Subsídios para Interpretação Ambiental

Os subsídios para a interpretação ambiental reúnem conceitos, percepções-chave e mensagens relevantes sobre a UC que devem ser comunicados ao público. Eles derivam-se e devem refletir o propósito da UC, a sua significância, e os seus recursos e valores fundamentais.

Constituem uma ferramenta organizacional que revela e esclarece significados, conceitos, contextos e valores representados pelos recursos da UC. Os subsídios devem ser precisos e ter rebatimento nos setores científicos e educacionais atuais. Eles incentivam a exploração do contexto em que eventos ou processos naturais ocorreram, bem como os seus efeitos.

A interpretação ambiental permite forjar as conexões intelectuais e emocionais entre as pessoas e os recursos da UC. Por isso, os subsídios para interpretação ambiental não se referem à mera descrição do evento ou processo, mas sim oferecem elementos que serão utilizados para promover múltiplas oportunidades de vivenciar a UC e enriquecer a experiência de visita. Eles ajudam a explicar por que a história da UC é relevante para as pessoas, que podem não saber das conexões que possuem com um dado acontecimento, tempo ou local associado com a UC. Uma das maneiras de conquistar a atenção das pessoas é por meio de histórias significativas. As histórias atravessam gerações e podem conectar as pessoas intelectual e emocionalmente.

Os subsídios para interpretação ambiental são elementos para utilização nos diversos meios de comunicação da UC com a sociedade e, futuramente, subsidiarão a elaboração do plano de interpretação ambiental da UC, documento específico onde os subsídios serão complementados e onde serão desenvolvidos os temas interpretativos e as mensagens principais a serem transmitidas aos diferentes públicos. Os subsídios têm o objetivo de revelar e esclarecer significados, contextos e valores representados pelos recursos da UC.

A seguir estão dispostos os assuntos identificados pelos participantes da oficina, juntamente com informações que podem ser usadas como subsídios para interpretação ambiental no PARNA Canastra.

1 **Tabela 3.** Subsídios de Interpretação Ambiental do PARNA Canastra.

ASSUNTO	RELEVÂNCIA	TANGÍVEIS	INTANGÍVEIS	FONTE DE DADOS
Patrimônio natural	A majestosa natureza na região da Serra da Canastra com seus vales e serras, rios e cachoeiras, fauna e flora do cerrado, proporciona às pessoas uma experiência única de conexão e contemplação.	água, animais bandeiras, cerrado, paisagens, cachoeiras, pôr do sol, rio São Francisco.	beleza, contemplação, grandiosidade, riqueza, euforia, emoções únicas, serviços ecossistêmicos.	- PARNA Canastra: Aspectos físicos e socioeconômicos (Messias e Ferreira, 2019).
Biodiversidade	A biodiversidade garante a própria vida. O Parque abriga espécies ameaçadas de extinção, espécies bandeiras que são carismáticas e, portanto, sensibilizam a sociedade, contribuindo para a conservação do cerrado, um dos “hotspots” do Brasil.	pequenas populações ameaçadas de pato-mergulhão, tamanduá-bandeira, lobo-guará, entre outras; formações campestres, savânicas e florestais do cerrado com elevado grau de conservação.	Pato-mergulhão é o símbolo da conservação das águas brasileiras; simbologia do lobo-guará associada à liberdade, autonomia, vastidão e imponência.	- Dados do PRODES Cerrado (Programa de Monitoramento do Cerrado) – INPE. - Pato-mergulhão - Biologia e conservação do pato-mergulhão (<i>Mergus octosetaceus</i>) no Parque Nacional da Serra da Canastra e entorno (MG). Sávio Freire Bruno. FAPERJ, Editora da UFF, Niterói, 2013. - Histórias de um Lobo. Rogerio Cunha de Paula e Adriano Gambarini. Avisbrasilis, 2013.
Socioeconomia	A hospitalidade com seus produtos tradicionais proporciona ao visitante experimentar cheiros, sabores e levar a vivenciar a mineiridade espalhando e presenteando as iguarias e gostosuras.	queijo da Canastra, café da região da Canastra, aromas, sabores, texturas.	aconchego, simplicidade, alegria.	- Estudos da comunidade canastreira (tradicional). - Processo de instituição de indicação geográfica.
Modo de vida tradicional	O PARNA Canastra reconhece o modo de vida Tradicional Canastreiro e fortalece a identidade das comunidades locais.	queijo canastra, artesanato de tear, produção de leite, terço, folia de reis, folia das almas, encontro de carros de boi, iguarias da culinária, agricultura, mutirão.	integração dos canastreiros com a natureza, lendas, “causos” e histórias, mineiridade, ruralidade, hospitalidade canastreira, religiosidade, trocas e parcerias.	- Livro dos saberes do IPHAN. - Documentos do IEBHA. - Laudo antropológico judicial de Aderval Costa Filho. - Biografia do Saint Hilaire, viagens às nascentes do Rio S. Francisco. - Antônio do Chico, morador São Roque de Minas.

PARTE 3: COMPONENTES NORMATIVOS

Os componentes normativos do plano de manejo estabelecem o zoneamento, as normas das zonas e as normas gerais que devem presidir o uso da UC e o manejo dos recursos naturais, conforme previsto na Lei nº 9.985 de 2000 (Lei do SNUC). Também incluem os atos legais e administrativos que influenciam no ordenamento e uso da UC.

Zoneamento

O zoneamento constitui um instrumento de ordenamento territorial, ao estabelecer usos diferenciados para cada zona segundo seus objetivos, usado como recurso para se atingir melhores resultados no manejo de uma unidade de conservação.

De acordo com a Lei nº 9985 de 2000, zoneamento é:

“Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”.

Assim, uma zona é uma parte do território que determina o manejo a fim de garantir que as ações tomadas sejam compatíveis com o propósito da unidade e levem à proteção de seus recursos e valores fundamentais.

Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Canastra

O zoneamento do PARNA Canastra (Tabela 4 e Figura 3) foi construído com base nas propostas elaboradas e critérios definidos durante a oficina de elaboração do Plano de Manejo e ajustado pela equipe de planejamento com base na análise de imagens de satélite e verificações de campo. As zonas e as normas das zonas se basearam no Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (ICMBio, 2018).

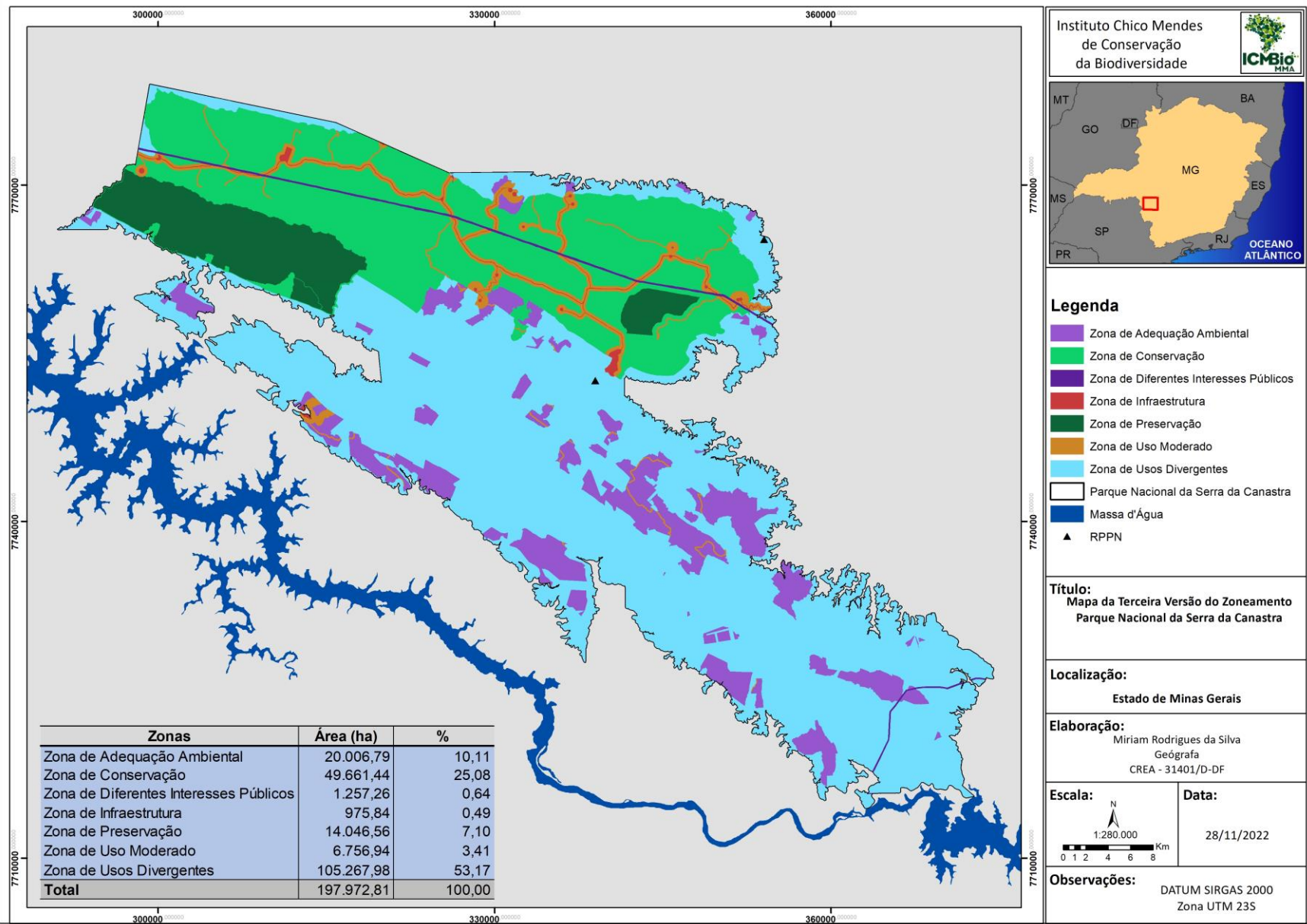
Cabe destacar, que os valores constantes na Tabela 4 e Figura 3 podem sofrer alteração ao longo do tempo considerando, principalmente, que as Zonas de Uso Divergente e de Adequação Ambiental são transitórias.

Tabela 4. Tamanho das zonas de manejo e porcentagem em relação ao tamanho do PARNA Canastra.

ZONEAMENTO	ÁREA DA ZONA (hectares)	PORCENTAGEM DA UC
Zona de Preservação	14.046,56	7,10%
Zona de Conservação	49.661,44	25,08%
Zona de Uso Moderado	6.756,94	3,41%
Zona de Infraestrutura	975,84	0,49%
Zona de Usos Divergentes	105.267,98*	53,17%*
Zona de Diferentes Interesses Públicos	1.257,26	0,64%
Zona de Adequação Ambiental	20.006,79*	10,11%*
Total	197.972,81	100,00%

* zonas transitórias, podem sofrer alterações do tamanho.

1 **Figura 3. Zoneamento do Parque Nacional da Serra da Canastra.**



Zona de Preservação (ZP)

Descrição: É a zona onde os ecossistemas existentes permanecem o mais preservado possível. Abrange áreas sensíveis e aquelas onde os ecossistemas se encontram sem ou com mínima alteração, nas quais se deseja manter o mais alto grau de preservação, de forma a garantir a manutenção de espécies, os processos ecológicos e a evolução natural dos ecossistemas.

Objetivo geral de manejo: Manutenção de um ou mais ecossistemas com o grau máximo de preservação, servindo de fonte de repovoamento para as outras zonas da UC.

Delimitação: Possui vegetação nativa do Bioma Cerrado, com destaque das seguintes fitofisionomias: campos rupestres, campos limpos, campos sujos, cerrados e cerrados rupestres, incluindo endemismo e registros de novas espécies, além de ser um importante local de ocorrência do pato mergulhão.

ZP 1: área que abrange as Serras do Cemitério e Sete Voltas e parte do Vale dos Coelho. É limitada a oeste por uma faixa a 50 metros da margem esquerda do Ribeirão do Engano. Ao norte é limitada por uma faixa a 200 metros da margem direita do córrego dos Coelho e a leste pelo Rio Santo Antônio e a Zona de Conservação ao longo deste rio. Ao Sul é delimitada pelas porções desapropriadas pelo INCRA na década de 1970, excluindo-se faixa de 50 metros de áreas de Zona de Conservação nos limites da UC e contornos no Ribeirão Bom Jesus, Córrego da Galinha/Cachoeira da Zagaia, Córrego da Zagainha /Cachoeira Bom Jesus, Córrego da Água Quente/Cachoeira da Maria Concebida.

ZP 2: compreende a área ao sul da zona de conservação que interliga a cachoeira do Zé Carlinhos ao Alto da Maria Concebida.

ZP 3: abrange uma área de 1.715 hectares no entorno da calha do rio São Francisco e seus tributários no Chapadão do Diamante, no trecho entre a Nascente Histórica do Rio São Francisco e a Cachoeira Casca-D'anta. É limitada ao norte por uma faixa a 400 metros do limite da zona de diferentes interesses públicos (linha de transmissão LT1 e LT2 Jaguará-Pimenta) e a Leste por faixa a 400 metros da estrada que dá acesso ao antigo retiro do João Domingos. A oeste limita-se após uma faixa de 400 metros a partir do leito principal do rio São Francisco e ao sul por linha reta da coordenada 344110.70m E/ 7756574.61m S à coordenada 341744.66m E/7756766.42m S.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental e recuperação ambiental.
2. A visitação não é permitida, qualquer que seja a modalidade.
3. As pesquisas permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos e são limitadas às pesquisas que não podem ser realizadas em outras zonas.
4. A instalação eventual de infraestrutura física é permitida quando forem estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras imprescindíveis à proteção da zona, as quais devem ser removidas tão logo as ações citadas sejam concluídas.
5. O acampamento primitivo é permitido nas atividades de pesquisa.

6. A abertura de trilhas e picadas é permitida, quando necessária às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares de proteção, e para atividades de pesquisa e monitoramento da biodiversidade.
7. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensável à proteção e à segurança da equipe da UC e de pesquisadores.
8. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, é facultado quando indispensável para viabilizar as atividades permitidas.

Zona de Conservação (ZC)

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido mínima ou pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração.

Objetivo geral do manejo: Manutenção do ambiente o mais natural possível e, ao mesmo tempo, dispor de condições primitivas para a realização das atividades de pesquisa e visitação de baixo grau de intervenção², respeitando-se as especificidades de cada categoria.

Delimitação: É composta por áreas de domínio público com mínima intervenção humana e em avançado grau de recuperação.

ZC1: Chapadão da Canastra: composta pela área desapropriada pelo INCRA na década de 1970, excluídas as áreas delimitadas em seu interior como Zona de Preservação, Zona de Uso Moderado, Zona de Infraestrutura, Zona de Adequação Ambiental e Zona de Diferentes Interesses Públicos. É circundada por Zona de Uso Divergente e Zona de Adequação Ambiental e, em alguns trechos, coincide com o limite do PARNA Canastra.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental.
2. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aquelas pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas ou para melhorar o manejo e conservação da área.
4. O pernoite tipo bivaque ou acampamento primitivo é permitido.
5. O uso de fogareiros é admitido, de acordo com protocolos de segurança e orientações de uso determinados pela gestão da UC, em áreas autorizadas para pernoite de visitantes.

² Visitação de baixo grau de intervenção – Corresponde às formas primitivas de visitação e recreação que ocorrem em áreas com alto grau de conservação, possibilitando ao visitante experimentar algum nível de desafio, solidão e risco. Os encontros com outros grupos de visitantes são improváveis ou ocasionais. A infraestrutura, quando existente, é mínima e tem por objetivo a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes. É incomum a presença de estradas ou atividades motorizadas.

6. A instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante é permitida, desde que de natureza primitiva.
7. A pessoa responsável por gerar resíduos/dejetos deve levá-lo para local de recolhimento adequado fora dessa zona.
8. A instalação de infraestrutura física é permitida, quando estritamente necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
9. A fixação de equipamentos e instalações necessárias à pesquisa deve constar do pedido de autorização.
 - 9.1. Tais equipamentos e instalações devem ser retirados e a área recuperada ao fim dos trabalhos, se não forem do interesse da UC e quando cabível.
10. O uso de fogueiras é permitido em casos excepcionais, quando indispensáveis à salvaguarda da vida humana.
11. O uso de animais de carga e montaria é permitido em casos de combate aos incêndios, resgate e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para a proteção, pesquisa e manejo da visitação da UC.
12. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, é facultado quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, pesquisa e monitoramento ambiental, incluindo a previsão de acesso para manutenção de linhas de transmissão.

Zona de Uso Moderado (ZUM)

Descrição: Esta zona é constituída por áreas naturais ou moderadamente alteradas pelo homem, admitindo-se áreas em médio e avançado grau de regeneração.

Objetivo geral de manejo: Manutenção de um ambiente o mais próximo possível do natural, conciliada a realização de atividades de pesquisa e visitação de médio grau de intervenção³.

Delimitação: É composta por áreas naturais com influência de áreas da Zona de Infraestrutura e por estradas secundárias ou que interligam atrativos e propriedades nas áreas não regularizadas da UC.

ZUM 1: compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 1 - Estrada Principal do Chapadão da Canastra.

ZUM 2: compreende a estrada de terra de acesso ao Sítio Histórico Fazenda Zagaia, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra. Possui largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

³ Visitação de médio grau de intervenção - É possível experimentar alto grau de naturalidade do ambiente, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso a essas áreas pode ser realizado por veículos motorizados. Em ambientes terrestres, as estradas em geral não são pavimentadas. Os encontros com outros visitantes são mais comuns e, nas unidades de conservação de uso sustentável, pode haver a presença de moradores isolados possibilitando experimentar o modo de vida local. A infraestrutura é mínima ou moderada, tendo por objetivo, além da segurança e a proteção dos recursos naturais, melhorar a experiência e proporcionar comodidade ao visitante (ICMBio/2018).

- ZUM 3:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 2 - Sítio Histórico Fazenda Zagaia.
- ZUM 4:** compreende uma faixa de 300 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 3 - Portaria 3/Sacramento.
- ZUM 5:** compreende a estrada de terra de acesso da estrada principal do Chapadão da Canastra à região do alto da Cachoeira da Parida, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 6:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 4 - Torre dos Currais.
- ZUM 7:** compreende a estrada de terra de acesso à região do alto do Córrego Fundo e Pedra da Figura, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 8:** compreende a estrada de terra de acesso da estrada principal do Chapadão da Canastra a região do alto da Cachoeira da Boa Vista, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 9:** compreende a estrada de terra de acesso da estrada principal do Chapadão da Canastra à ZI 5 - Minério, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 10:** compreende uma faixa de 300 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 5 – Minério.
- ZUM 11:** compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 6 - Estrada acesso Distrito da Serra da Canastra.
- ZUM 12:** compreende uma faixa de 300 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 7 - Portaria 2/Distrito da Serra da Canastra.
- ZUM 13:** compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 8: Estrada de acesso Cachoeira do Fundão.
- ZUM 14:** compreende uma faixa de 600 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 9 - Cachoeira do Fundão I e da ZI 10 - Cachoeira do Fundão II.
- ZUM 15:** compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 12: Estrada de acesso ao Poço do Alto do Rolinhos.
- ZUM 16:** compreende a estrada de terra de acesso ao ZI 13 - Retiro de Pedras, a partir da estrada de acesso ao Poço do Alto do Rolinhos, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 17:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 13 - Retiro de Pedras.
- ZUM 18:** compreende a estrada de terra de acesso da ZUM 16 à Fazenda Gameleira, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.
- ZUM 19:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 14: Cachoeira Rasga-canga.
- ZUM 20:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 15: Poço do Alto do Rolinhos.
- ZUM 21:** compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 16: Curral de Pedras.

ZUM 22: compreende a estrada de terra de acesso ao Retiro do Bolivar, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 23: compreende uma faixa de 450 metros ao redor da ZI 17 - Torre do Bentinho.

ZUM 24: compreende a estrada de terra de acesso ao Alto da Cachoeira do Antônio Ricardo, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 25: compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 18: Nascente Histórica do Rio São Francisco.

ZUM 26: compreende a área do alto do Jaguarê, entre a ZI 1 - Estrada Principal do Chapadão da Canastra e a ZDIP 2.

ZUM 27: compreende uma faixa de 600 metros ao redor da ZI 19 - Jaguarê e Centro de Visitantes, a área de influência da Trilha do Cerrado e estende-se entre a ZI 1 - Estrada Principal do Chapadão da Canastra e a ZDIP 2 até o muro de pedras da Portaria 1/São Roque de Minas.

ZUM 28: compreende a estrada de terra de acesso à Garagem do Nego Luiz, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 29: compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 20: Estrada de acesso Chapadão da Canastra - Vão dos Cândidos.

ZUM 30: compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 21 - Garagem de Pedras.

ZUM 31: compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 22 - Fazenda dos Cândidos (Fazenda Velha).

ZUM 32: compreende a estrada de terra de acesso do Distrito de São José do Barreiro ao Vão dos Cândidos, nas áreas de domínio público, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 33: compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 23 - Fazenda Posses.

ZUM 34: compreende uma faixa de 210 metros ao redor da ZI 24 - Estrada de Acesso Cachoeira Casca-D'anta – Parte Alta.

ZUM 35: compreende uma faixa de 300 metros ao redor da ZI 25 - Serra Brava.

ZUM 36: compreende uma faixa de 300 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 26 - Casca-D'anta.

ZUM 37: compreende a estrada de terra de acesso ao retiro do João Domingos, a partir da estrada principal do Chapadão da Canastra, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal e acesso de mesma largura à margem direita do córrego do capão ao antigo curral de pedras, neste com uma circunferência de 270 metros de raio.

ZUM 38: compreende uma faixa de 300 metros a partir de cada margem do córrego da captação do Complexo Paraíso.

ZUM 39: compreende uma faixa de 300 metros, na área de domínio público, ao redor da ZI 27 – Complexo Paraíso, e prossegue por uma faixa de 300 metros a partir de cada margem do ribeirão do Claro.

ZUM 40: compreende a estrada de terra de acesso da ZI 27 – Complexo Paraíso ao Vale da Gurita, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 41: compreende a estrada de terra de acesso do Distrito de Olhos-d'Água ao Vale da Bateia, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 42: compreende a estrada de terra de acesso do Morro do Carvão ao Vale da Babilônia, pela Serra Branca, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 43: compreende as estradas de terra de acesso do Chapadão da Babilônia ao Distrito de São José do Barreiro, pelo Rolador, e acesso ao Vale do Galheiro, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 44: compreende a estrada de terra de acesso do Distrito de São José do Barreiro ou Vargem Bonita a São João Batista do Glória, passando pelo Vale dos Canteiros, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZUM 45: compreende uma faixa de 120 metros em antiga estrada de terra de acesso ao retiro do Tião Rodrigues.

ZUM 46: compreende uma faixa de 120 metros em acesso à Cachoeira do Bitutinha.

ZUM 47: compreende uma faixa de 120 metros em antiga estrada de acesso ao Córrego da Matinha.

ZUM 48: compreende a estrada de terra conhecida como Roça Feia que liga a cachoeira do Facão ao Caminho do Céu, dando acesso também ao vale da Babilônia, com largura de 60 metros para cada lado a partir do eixo principal.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de médio grau de intervenção e recuperação ambiental.
2. A instalação de infraestrutura mínima ou moderada e serviços de apoio à visitação de médio grau é permitida, sempre em harmonia com a paisagem.
3. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, é facultado para as atividades permitidas nesta zona.
4. Nas áreas de visitação podem ser instalados áreas para pernoite (acampamentos ou abrigos), trilhas, sinalização, pontos de descanso, sanitários e outras infraestruturas mínimas ou moderadas.
5. A pessoa responsável por gerar resíduos/dejetos deve levá-lo para local de recolhimento adequado fora dessa zona.

Zona de Infraestrutura (ZI)

Descrição: É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área.

Objetivo geral de manejo: Facilitar a realização das atividades de visitação com alto grau de intervenção, administrativas, buscando minimizar o impacto dessas atividades sobre o ambiente natural e cultural da UC.

Delimitação: Compreende áreas destinadas aos serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação e à administração da área.

ZI 1: Estrada Principal do Chapadão da Canastra - compreende a estrada de terra com cerca de 70 km de extensão que corta o Chapadão da Canastra, interligando a Portaria 1/São Roque de Minas à Portaria 3/Sacramento. Esta zona possui largura de 30 metros para cada lado a partir do eixo principal. Abrange também áreas de estacionamentos e infraestruturas de apoio à visitação e administrativas. É interceptada em diferentes pontos pela Zona de Diferentes Interesses Públicos 2 (ZDIP 2).

ZI 2: Sítio Histórico Fazenda Zagaia - compreende uma circunferência de 250 metros de raio que abrange a estrutura em ruínas da sede de antiga fazenda, a qual foi construída a partir das fundações da histórica sede da Fazenda Zagaia, e o mirante no ponto de divisão dos Chapadões.

ZI 3: Portaria 3/Sacramento - compreende uma circunferência de 250 metros de raio que abrange a Portaria e as infraestruturas anexas no acesso ao Chapadão da Canastra pelo município de Sacramento/MG.

ZI 4: Torre dos Currais - compreende uma circunferência de 300 metros de raio do antigo Posto de observação (torre) na coordenada UTM 23k 31 1033.23 m E e 7772309.49 m S e de largura de 250 metros para cada lado ao longo de 1250 metros a partir do eixo principal da estrada delimitada para instalação de pista de pouso de aeronaves e infraestruturas associadas para operacionalização e apoio de ações aéreas de manejo do fogo.

ZI 5: Minério - compreende uma meia circunferência de 100 metros de raio a partir da estrutura de controle de acesso ao Parque a partir da mineração de Caulim, município de São Roque de Minas/MG.

ZI 6: Estrada de acesso Distrito da Serra da Canastra - compreende a estrada de terra de acesso da Estrada Principal do Chapadão da Canastra ao distrito da Serra da Canastra e Portaria 2. Esta zona possui largura de 20 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZI 7: Portaria 2/Distrito da Serra da Canastra - compreende, na área de domínio público, uma circunferência de 150 metros de raio a partir da edificação de alojamento localizado próximo ao Distrito da Serra da Canastra, São Roque de Minas.

ZI 8: Estrada de acesso à Cachoeira do Fundão - compreende estrada de terra de acesso da Estrada Principal do Chapadão da Canastra à Cachoeira do Fundão. Esta zona possui largura de 20 metros para cada lado a partir do eixo principal e é interceptada pela Zona de Diferentes Interesses Públicos 2.

ZI 9: Cachoeira do Fundão I - compreende uma circunferência de 200 metros de raio que abrange edificações da antiga fazenda do João Turco.

ZI 10: Cachoeira do Fundão II - compreende uma circunferência de 200 metros de raio que abrange edificações da antiga fazenda da Dona Helena.

ZI 11: Estação Climatológica - compreende uma circunferência de 20 metros de raio a partir da estação climatológica da CEMIG e o acesso à estrada do Poço do Alto dos Rolinhos.

ZI 12: Estrada de acesso ao Poço do Alto dos Rolinhos - compreende a estrada de terra de acesso à Cachoeira Rasga-Canga e Poço do Alto dos Rolinhos, a partir da Estrada Principal do Chapadão da Canastra. Esta zona possui largura de 20 metros para cada lado a partir do eixo principal e é interceptada pela Zona de Diferentes Interesses Públicos 2.

ZI 13: Retiro de Pedras - compreende uma circunferência de 125 metros de raio que abrange a sede de uma das antigas fazendas da região do Alto São Francisco, às margens do Córrego dos Rolinhos.

ZI 14: Cachoeira Rasga-canga - compreende uma circunferência de 150 metros de raio na região da Cachoeira Rasga-Canga, parte alta do Ribeirão da Mata.

ZI 15: Poço do Alto dos Rolinhos - compreende uma circunferência de 150 metros de raio na região do poço do alto do Ribeirão da Mata, acima da Cachoeira dos Rolinhos.

ZI 16: Curral de Pedras - compreende uma circunferência de 150 metros de raio que abrange um curral de muros de pedras, remanescente das tradicionais práticas da pecuária exercidas no Chapadão da Canastra.

ZI 17: Torre do Bentinho - compreende uma circunferência de 100 metros de raio que abrange um posto de observação denominado Torre do Bentinho, localizado próximo ao Curral de Pedras.

ZI 18: Nascente Histórica do Rio São Francisco - compreende uma circunferência de 150 metros de raio que abrange área adotada simbólica e historicamente como a Nascente do rio São Francisco.

ZI 19: Jaguarê e Centro de Visitantes - compreende duas circunferências de 150 metros de raio parcialmente sobrepostas, que abrangem as benfeitorias da localidade Jaguarê e do Centro de Visitantes.

ZI 20: Estrada de acesso Chapadão da Canastra - Vão dos Cândidos: compreende estrada de terra de acesso da Estrada Principal do Chapadão da Canastra ao Vão dos Cândidos, com acesso à Garagem de Pedras e Fazenda dos Cândidos. Esta zona possui largura de 20 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZI 21: Garagem de Pedras - compreende uma circunferência de 150 metros de raio a partir da Garagem de Pedras, antigo entreposto da fazenda dos Cândidos.

ZI 22: Fazenda dos Cândidos (Fazenda Velha) - compreende uma circunferência de 150 metros de raio a partir da sede da antiga fazenda dos Cândidos. Local histórico para a região, segundo a memória da população, traduziria exemplarmente o padrão das atividades agropecuárias desenvolvidas na região.

ZI 23: Fazenda Posses - compreende uma circunferência de 150 metros de raio a partir da sede da Fazenda Posses ou Chapadão - Vão, antiga propriedade de José Vicente Ferreira Nunes.

ZI 24: Estrada de Acesso Cachoeira Casca-D'anta – Parte Alta - compreende a estrada de terra de acesso à parte alta da Cachoeira Casca-D'anta, a partir da Estrada Principal do Chapadão da Canastra, e o acesso à Serra Brava. Esta zona possui largura de 20 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZI 25: Serra Brava - compreende uma circunferência de 150 metros de raio na Serra Brava, local onde existe torre de observação de incêndios.

ZI 26: Casca-D'anta - compreende a área à margem direita do rio São Francisco na Cachoeira Casca-D'anta (parte baixa e parte alta) com área de 179,18 hectares, abrangendo benfeitorias e estruturas de apoio administrativo, pesquisa, visitação e a Portaria 4 / Casca-D'anta – Parte Baixa.

ZI 27: Complexo Paraíso - compreende dois polígonos no complexo de Cachoeiras do Paraíso, em Delfinópolis, com áreas de 11,06 e 17,17 hectares, abrangendo estruturas de apoio administrativo, pesquisa e visitação.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
2. As infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona são permitidas.
3. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais pré-determinados.
4. É permitida a realização de fogo para preparo de alimentos, exclusivamente nos locais pré-determinados.
5. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona.
6. Os efluentes gerados não podem contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
7. Esta zona deve conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, os quais deverão ser removidos para o aterro sanitário ou vazadouro público mais próximo, fora da UC.

Zona de Diferentes Interesses Públicos (ZDIP)

Descrição: Contém áreas ocupadas por empreendimentos preexistentes de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da Unidade de Conservação ou com os seus objetivos de criação.

Objetivo geral de manejo: Compatibilizar os diferentes interesses públicos existentes na área, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC e ao alcance dos seus objetivos.

Delimitação: É composta pelas áreas dos seguintes empreendimentos preexistentes:

ZDIP 1: compreende a captação de água e sistema de abastecimento compartilhado para o distrito de Serra da Canastra e infraestruturas administrativas relacionados à Portaria 2 do PARNA Canastra, com largura de 15 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZDIP 2: compreende as linhas de transmissão LT1 e LT2 Jaguará-Pimenta, 345 kV, com largura de 70 metros para cada lado a partir do eixo principal de cada LT.

ZDIP 3: compreende a linha de transmissão Furnas-Pimenta, 345 kV, com largura de 70 metros para cada lado a partir do eixo principal.

ZDIP 4: compreende a rodovia MG-050, no trecho que intercepta o Parque entre o trevo de acesso à FURNAS e o Ribeirão Quebra Anzol, com largura de 40 metros para cada lado a partir do eixo principal.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos preexistentes), atividades e serviços inerentes a tais empreendimentos.
2. A empresa responsável pela operação do empreendimento preexistente é responsável por ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.
3. Os empreendimentos preexistentes devem ser regularizados na forma da legislação vigente e a sua permanência deve ser estabelecida por meio instrumento jurídico adequado.
4. As vias de acesso aos empreendimentos preexistentes devem ser objeto de manutenção preventiva, pelas empresas responsáveis, para evitar agravamento dos danos.
5. Os resíduos sólidos gerados nesta zona devem ser retirados pelos próprios responsáveis pelo empreendimento e transportados para um destino adequado fora dela.
6. O responsável por empreendimento preexistente deve apresentar o Plano de Ação de Emergência e Plano de Gestão de Risco, em um prazo de até seis meses a partir da aprovação do Plano de Manejo, desde que não tenham sido reguladas e/ou previstas nas licenças ambientais emitidas pelo órgão licenciador ou em Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA pretéritas, bem como enquanto não forem objeto de condicionante específica em licenciamento ambiental corretivo perante o IBAMA.
 - 6.1. Os planos acima mencionados devem ser aprovados pela gestão da UC, devendo o responsável pelo empreendimento apresentar relatórios semestrais ao órgão gestor para a aferição do cumprimento da obrigação.
7. As atividades de manutenção periódica dos empreendimentos preexistentes, enquanto não estiverem reguladas e/ou previstas nas licenças ambientais emitidas pelo órgão licenciador ou em Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA, bem como enquanto não forem objeto de condicionante específica em licenciamento ambiental corretivo perante o IBAMA, deverão ser autorizadas por Autorização Direta.

8. As atividades de manutenção das faixas de domínio e vias de acesso dependem de Autorização Direta da UC, quando não estiverem estabelecidas como condicionantes no processo de regularização da permanência do empreendimento, na forma da legislação vigente.
9. Os acessos exclusivos aos empreendimentos preexistentes no interior da UC, quando ICMBio considerar pertinente, devem ser sinalizados pelas empresas responsáveis, mediante autorização da UC.
10. Os empreendedores devem comunicar ao órgão responsável pela administração da UC quando forem realizar atividades em seu interior.
11. A instalação de infraestrutura para as atividades de visitação previstas é permitida, desde que conciliado os interesses do órgão responsável pela administração da UC e do responsável pelo empreendimento.

Zona de Adequação Ambiental (ZAA)

Descrição: É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. Zona provisória, uma vez recuperada será incorporada a uma das zonas permanentes.

Objetivo geral de manejo: deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida.

Delimitação: corresponde às áreas adquiridas pelo PARNA Canastra após a revisão do Plano de Manejo publicado em 2005 pelo IBAMA e uma área de extração de cascalho em área de domínio público.

ZAA 1: abrange a área de domínio público na região do Fundão, São Roque de Minas/MG.

ZAA 2: abrange a área de domínio público na região do Rolinhos, São Roque de Minas/MG.

ZAA 3: abrange a área de domínio público na região da Serrinha, São Roque de Minas/MG.

ZAA 4: abrange a área de domínio público na região do Campo Formoso, São Roque de Minas/MG.

ZAA 5: abrange a área de domínio público na região do Poço das Orquídeas ou Lagoa dos Patos, São Roque de Minas/MG.

ZAA 6: abrange a área de domínio público na região do Poço das Orquídeas ou Lagoa dos Patos, São Roque de Minas/MG.

ZAA 7: abrange a área de domínio público na região da Gurita de Baixo, Delfinópolis/MG.

ZAA 8: abrange a área de domínio público na região da Fazenda Velha, Delfinópolis/MG.

ZAA 9: abrange a área de domínio público na região da Gurita de Cima, Delfinópolis/MG.

ZAA 10: abrange a área de domínio público na região da Gurita de Cima, Delfinópolis/MG.

ZAA 11: abrange a área de domínio público na região do Vão dos Cândidos, município de São Roque de Minas/MG.

ZAA 12: abrange a área de domínio público na região do Vão dos Cândidos, município de São Roque de Minas/MG.

ZAA 13: abrange a área de domínio público na região do Vão dos Cândidos, município de São Roque de Minas/MG.

ZAA 14: abrange a área de domínio público na região do Vão dos Cândidos, município de São Roque de Minas/MG.

ZAA 15: abrange a área de domínio público na região do Vão dos Cândidos, município de São Roque de Minas/MG.

ZAA 16: abrange a área de domínio público na região do Claro, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 17: abrange a área de domínio público na região da Bateia, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 18: abrange a área de domínio público na região da Fazenda Salto, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 19: abrange área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 20: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 21: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 22: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 23: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 24: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas e Delfinópolis/MG.

ZAA 25: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de São Roque de Minas, Delfinópolis e São João Batista do Glória/MG.

ZAA 26: abrange a área de domínio público na região da Cachoeira do Quilombo, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 27: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Babilônia, municípios de Delfinópolis e São João Batista do Glória/MG.

ZAA 28: abrange a área de domínio público na região do Baú, S municípios de São João Batista do Glória e Vargem Bonita/MG.

ZAA 29: abrange a área de domínio público na região da Serra Santa Maria, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 30: abrange a área de domínio público na região da Serra Santa Maria, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 31: abrange a área de domínio público na região da Serra Santa Maria, município de Delfinópolis/MG.

ZAA 32: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Garrida, município de município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 33: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Garrida, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 34: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Garrida, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 35: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Garrida, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 36: abrange a área de domínio público na região da Confusão e Fábrica, município de Vargem Bonita/MG.

ZAA 37: abrange a área de domínio público na região do Esmeril, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 38: abrange a área de domínio público na região do Esmeril, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 39: abrange a área de domínio público na região das Palmeiras, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 40: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Capivara, município de São João Batista do Glória/MG.

ZAA 41: abrange a área de domínio público na região do Chapadão da Capivara, municípios de Capitólio e Vargem Bonita/MG.

ZAA 42: abrange a área de domínio público na região da Serra Capitólio ou Espalhinha, município de Capitólio/MG.

ZAA 43: abrange a área de domínio público na região da Serra Capitólio ou Espalhinha, município de Capitólio/MG.

ZAA 44: abrange a área de domínio público na região da Serra Capitólio ou Espalhinha, município de Capitólio/MG.

ZAA 45: abrange a área de domínio público na região do Turvo, município de Capitólio/MG.

ZAA 46: Abrange a área de antiga extração de cascalho no Chapadão da Canastra, município de São Roque de Minas/MG.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, restauração de ecossistemas e visitação de médio grau de intervenção.

2. A recuperação induzida dos ecossistemas é condicionada a um projeto específico, aprovado pelo órgão responsável pela administração da UC.
3. A fixação de equipamentos e instalações necessárias à pesquisa deve constar do pedido de autorização.
 - 3.1. Tais equipamentos e instalações devem ser retirados e a área recuperada ao fim dos trabalhos, se não forem do interesse da UC e quando cabível.
4. Todo resíduo gerado nesta zona deve ser destinado para local adequado, conforme orientações e/ou sinalização na UC.
5. A visitação não pode interferir no processo de recuperação.
6. O trânsito de veículos motorizados é autorizado para todas as atividades permitidas, desde que não interfira na recuperação da zona, devendo privilegiar as estradas já existentes.

Zona de Usos Divergentes

Descrição: É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da UC.

Objetivo geral de manejo: Manutenção do ambiente em harmonia com a presença de população humana, buscando a compatibilização dos usos realizados por elas com os objetivos da unidade de conservação, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos antrópicos sobre a área até que seja resolvida a situação que diverge com os objetivos do PARNA.

Delimitação: Compreende a área não regularizada da UC (que não é de posse e/ou domínio da União), com imóveis particulares. Abrange tanto áreas com vegetação nativa bem como as moradias (população tradicional, demais proprietários e moradores), estradas, escola, templos religiosos e áreas de usos produtivos. Possui ainda áreas sobrepostas com duas RPPNs: RPPN Fazenda do Lobo, coordenada central 20°19'5,532"S e 46°32'31,921"W com 75 hectares, integralmente sobrepostos, e RPPN da Cachoeira do Cerradão, coordenada central 20°12'20,644"S/46°23'49,062"W", com 46,72 hectares sobrepostos à UC.

Normas:

1. As atividades permitidas nesta zona são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e os usos consolidados das propriedades rurais.
 - 1.1. Outros usos devem ser acordados em instrumento administrativos e/ou jurídicos firmados entre os ocupantes e o órgão gestor da UC, recomendadas as boas práticas de manejo do solo e dos recursos hídricos.
2. São garantidas aos moradores e/ou proprietários, a moradia, a criação de animais, a coleta de produtos do extrativismo vegetal, a prática da agricultura em área de uso consolidado, da pecuária tradicional, observadas boas práticas de manejo do solo e dos recursos hídricos, bem como a manutenção de estradas e de estruturas públicas de educação, saúde, iluminação e abastecimento de água.

3. O corte e aproveitamento de espécies vegetais nativas no imóvel rural, é permitido para uso exclusivo na propriedade, mediante autorização prévia e desde que não constem em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.

3.1. Excepcionalmente, o corte e aproveitamento indivíduos de espécies ameaçadas, quando comprovada a sua desvitalidade (morte) devido ao impacto de raios ou outra situação natural, pode ser autorizado mediante autorização prévia, para uso exclusivo na propriedade.

4. Agrotóxicos são permitidos até instrumento específico do órgão gestor, a ser acordado com a comunidade, definindo uma transição gradual para diminuição do grau de toxicidade.

5. Em imóveis vendidos de forma parcelada, conforme os termos da legislação vigente, fica vedada a expansão de atividades em áreas não consolidadas, sendo proibida a edificação de novas construções.

5.1. A proibição de novas edificações não se aplica ao uso familiar de moradores da população tradicional.

6. Os imóveis desta zona que passarem para posse e domínio da União serão convertidos provisoriamente em Zona de Adequação Ambiental.

Normas Gerais

Animais silvestres

1. A coleta, a perseguição, apanha e a contenção de espécimes animais silvestres, incluindo ovos, ou fornecimento de alimentação, são permitidas para fins estritamente científicos, didáticos do ensino superior e programas de conservação, de acordo com projeto devidamente aprovado pelo órgão responsável pela administração da UC.
2. A reintrodução de espécies ou indivíduos da fauna ou flora nativa, para enriquecimento ou adensamento populacional e translocação (soltura), é permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão responsável pela administração da UC, conforme regulamentação vigente.

Espécies exóticas e animais domésticos

3. O ingresso e permanência nas áreas regularizadas da UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos e/ou domesticados são proibidos.
 - 3.1. Excetuem-se os casos de segurança pública, atividades de busca e salvamento, de ocupantes de áreas particulares no interior da UC, de trânsito conforme previsto na norma 26, de animais de assistência de pessoas com previsão legal e para atividades de manejo e pesquisa autorizadas pelo órgão responsável pela administração da UC.
4. O uso de animais de carga e montaria é permitido em caso de combate a incêndios, busca e salvamento, bem como no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para proteção, pesquisa, roteiros autorizados de visitação da UC e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas particulares.

5. O uso de animais de carga de montaria nas áreas regularizadas poderá excepcionalmente ser permitido em casos de “busca e resgate” de animais domésticos de moradores do interior do Parque e seu entorno, desde que haja autorização prévia da gestão.
6. A criação de animais domésticos no Parque, exceto nas áreas particulares, não é permitida.
7. A implementação de hortas e pomares não é permitida, exceto nas áreas particulares e alguns pontos autorizados da zona de infraestrutura.
8. A restauração ambiental, o controle e a erradicação de plantas exóticas devem ser realizados mediante projeto previamente autorizado pelo órgão responsável pela administração da UC, podendo incluir o uso de herbicidas e formicidas de uso não-agrícola, na área regularizada do Parque.
9. O controle e erradicação de espécies da fauna exótica ou alóctone, inclusive asselvajadas, devem ser realizados mediante autorização do órgão responsável pela administração da UC, podendo incluir o abate de animais.
10. O ICMBio pode facultar a autorização de abate no caso de lebre europeia e javali nas áreas particulares mediante Autorização de Manejo para a espécie concedida pelo IBAMA.
11. A introdução de espécies exóticas, alóctones e/ou domésticas nas áreas particulares é admitida quando não se tratar de espécies exóticas invasoras ou com maior potencial invasor do que a cultura ou criação tradicionalmente existente na região e que não apresentem riscos de introdução de patógenos ou contaminantes às populações silvestres.
12. Espécies vegetais exóticas não-invasoras poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de restauração de áreas degradadas desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico.

Recuperação de áreas degradadas e uso de agrotóxicos

13. É proibido na UC o uso ou a passagem de aeronaves (inclusive VANT) utilizadas para a aplicação de agrotóxicos, mesmo vazias, em consonância com a legislação vigente.
14. A manobra de máquinas, ou mesmo parte delas, no interior da UC, é proibida quando em atividade de aplicação de agrotóxicos, exceto nas áreas particulares e deslocamentos nas estradas de servidão.
15. É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas da própria UC, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela administração da UC.

Uso do Fogo

16. O uso de fogo na UC é proibido, exceto nas seguintes situações:
 - a) em atividades da UC relativas ao manejo integrado do fogo (MIF), conforme planejamento específico;
 - b) nas atividades de visitação, conforme previsto nas normas do zoneamento;
 - c) nas atividades essenciais de baixo impacto relacionadas aos modos de vida das populações tradicionais; e
 - d) na realização de queimas controladas como ferramenta de manejo em áreas de atividades agrícolas mediante autorização prévia da gestão da UC.

17. O uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais é proibido, até que aprovado ou regulamentado pelo órgão responsável pela administração da UC.
18. As fogueiras e churrasqueiras devem ocorrer somente nas zonas definidas no plano de manejo, sendo elas, preferencialmente, de uso coletivo e em locais previamente definidos pelo órgão responsável pela administração da UC ou por planejamento específico.

Infraestrutura

19. As obras ou serviços de engenharia para instalação ou reforma de infraestrutura necessária à gestão da UC devem adotar tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental, além de seguir as diretrizes institucionais e legislação vigente e ter seu projeto previamente aprovado pela chefia da UC e pelo órgão responsável pela administração da UC.
20. Devem ser adotados conceitos de acessibilidade nas estruturas e atrativos, de acordo com a legislação vigente e o grau de intervenção proposto pelo zoneamento, sempre que possível.
21. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deve contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
22. A instalação de infraestrutura é permitida, quando necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da UC.
23. A abertura de novas trilhas e picadas é permitida, quando necessárias às ações de levantamento topográfico e georreferenciamento de imóvel inserido ou confrontante com a UC, de visitação de acordo com a zona, busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da UC, incluindo a previsão de abertura de novos acessos para a manutenção das linhas de transmissão com a autorização do ICMBio.

Estradas e Rodovias

24. O trânsito de veículos leves, de passeio e de caminhonetes na Estrada do Chapadão da Canastra é permitido, sendo que o trânsito dos demais veículos deverá ser ordenado por instrumento específico e autorizado pela gestão da UC, incluindo a previsão de trânsito para a manutenção das linhas de transmissão.
25. Até a viabilização de uma estrada alternativa fora da UC, fica autorizado o trânsito de moradores entre as portarias de Sacramento e do distrito de São João Batista da Serra da Canastra (portarias 2 e 3), com isenção da taxa de visitação, mediante cadastramento prévio.
26. Moradores da região, acompanhados de animais de estimação no interior do veículo (dentro da cabine), podem trafegar, sem paradas, no trajeto da estrada municipal entre as portarias de Sacramento e o distrito de São João Batista da Serra da Canastra (portarias 2 e 3), desde que autorizados pela administração da UC.
27. As estradas internas situadas nas áreas regularizadas do Parque podem ser fechadas ao público em caso de emergências ambientais ou quando não oferecerem condições de segurança, não sendo proibido o acesso dos moradores às residências nas áreas não regularizadas, salvo em condições extremas de segurança.

28. Os pisos e pavimentações devem respeitar as taxas de permeabilidade exigidas para áreas da UC onde serão implantadas as vias e, preferencialmente, devem ser modulares e removíveis para facilitar o serviço de manutenção.
29. O estacionamento de veículos fora das áreas de estacionamento estabelecidas, na área regularizada, não é permitido.

Sítios Históricos e Arqueológicos

30. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização do órgão responsável pela administração da UC.
31. Quaisquer infraestruturas instaladas em sítios histórico-culturais e arqueológicos não podem comprometer os seus atributos.
32. A abertura dos sítios arqueológicos e/ou paleontológicos é condicionada ao atendimento dos requisitos do órgão responsável pela gestão desse patrimônio, para a salvaguarda desses sítios.

Visitação

33. A prática de esportes aquáticos em locais de ocorrência do pato-mergulhão só poderá ser realizada após eventual ordenamento, sendo proibida em áreas e em períodos de nidificação.
34. A atividade de ciclismo é permitida no Parque, sendo necessário seu ordenamento na área regularizada por meio de planejamentos específicos.
35. As atividades de observação de aves no âmbito da visitação deverão sempre considerar as normas vigentes e respeitar o Código de Ética do Observador de Aves.
36. É proibido o uso de playback para atração do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) em atividades de visitação, incluindo observação de aves, em qualquer período do ano.
37. Os veículos automotores poderão transitar em estradas regularmente abertas à visitação, sendo vedado transitar fora destas na área regularizada.

37. O trânsito de veículos automotores na área não regularizada somente poderá ser realizado em estradas rurais e com autorização do proprietário quando se tratar de via particular.
38. O trânsito de veículos automotores não emplacáveis é proibido nas áreas regularizadas da UC.
39. A visitação deve ocorrer apenas em locais permitidos para tal, podendo ser definidas restrições em áreas consideradas de risco conforme definição de planejamento específico, nas áreas regularizadas.
40. Nas áreas de visitação da área regularizada da UC, o comércio e consumo de alimentos e bebidas, assim como a ingestão de bebidas alcoólicas, são restritos a locais pré-definidos em planejamentos e protocolos específicos.

41. A entrada de visitantes, pesquisadores e funcionários é proibida portando bebidas alcoólicas nas áreas regularizadas do Parque, exceto para residências funcionais e quando associados aos serviços delegados pela administração do Parque.

41.1. Outras exceções podem ser previstas em instrumentos específicos.

Eventos e Equipamentos Sonoros

42. Qualquer manifestação ou veiculação de propaganda político-partidária no interior da UC é proibida, exceto em casos previstos em Lei e nas áreas particulares.
43. Eventos devem ser autorizados conforme políticas institucionais vigentes.
44. São proibidas competições motorizadas terrestres na UC.
45. O uso de aparelhos sonoros coletivos em ambientes externos é permitido somente em atividades e áreas autorizadas pelo órgão responsável pela administração da UC, nas áreas regularizadas.
46. O uso de aparelhos sonoros coletivos em ambientes internos e veículos é permitido, nas áreas regularizadas, desde que não produzam som audível pelo lado externo, independentemente do volume ou frequência que perturbe o sossego público.
47. A passagem ou a permanência de carros de som no interior da UC é proibida, exceto nas áreas particulares.

UC de domínio público com áreas ainda não indenizadas

48. Nas novas áreas regularizadas, as edificações que não tenham significado histórico-cultural e não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo, podem ser demolidas e seus resíduos reaproveitados ou retirados da UC.
49. Excepcionalmente, podem ser exploradas cascalheiras de pequeno porte, em áreas consolidadas de propriedades particulares, para manutenção das estradas internas do Parque, desde que sigam critérios definidos pelo órgão gestor da UC e mediante autorização da administração do Parque.
- 49.1. A autorização deve prever a obrigação de recuperação ambiental da área e exigir anuência prévia do proprietário da área explorada.
- 49.2. Devem ser adotadas práticas para minimizar os riscos de introdução de espécies exóticas e impacto na paisagem do Parque.

Temas diversos

50. Todo resíduo gerado na UC deve ser destinado para local adequado.
51. As lixeiras nas áreas externas devem dispor de mecanismos que evitem o consumo de resíduos pela fauna.
52. Os horários de funcionamento da UC, condições especiais de acesso de moradores e casos excepcionais de acesso serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.

53. A instalação de placas ou qualquer forma de comunicação visual ou de publicidade e propaganda deve ter autorização do órgão gestor da UC, manter relação direta com as atividades de gestão e com os objetivos da UC, sem prejuízo para os casos que se aplicarem às áreas não regularizadas.
54. Todo material utilizado para pesquisas e estudos dentro da área regularizada da UC deve ser retirado e o local reconstituído após a finalização dos trabalhos, exceto nos casos em que houver interesse da UC em sua manutenção.
55. A instalação ou melhoria de rede de distribuição de energia dentro da UC deve utilizar a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem.
56. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca e exploração de produtos ou subprodutos florestais, tintas spray e similares, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações:
 - a) atividades inerentes à gestão da área;
 - b) pesquisa científica autorizada pela administração da UC e nos limites da autorização submetidas à fiscalização ambiental;
 - c) pelos moradores das áreas particulares, para uso legal em suas propriedades; ou
 - d) outros casos em que haja autorização prévia e específica.
57. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para exploração mineral, exceto em casos autorizados pela administração da UC.
58. A vistoria de veículos pode ser realizada, na entrada e/ou saída do Parque.
59. O uso de VANT (drones) na UC pode ser permitido mediante autorização do órgão responsável pela administração da UC e respeitadas as outras legislações vigentes.
60. Toda pessoa ou instituição que produzir material técnico, científico, jornalístico ou cultural sobre a UC deve, quando solicitado, entregar uma cópia à sua administração para arquivamento no seu acervo.
61. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração direta de recursos minerais.
62. O espaço aéreo integra os limites da UC, até o limite de 1.000 metros do nível do solo (3280,84ft), sendo autorizada às empresas a realização de vistorias aéreas das linhas de transmissão existentes na UC, mediante comunicação prévia junto ao órgão gestor do Parque.
63. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC são admitidos para casos de emergência, resgate, atividades de proteção da UC e outros casos excepcionais autorizados pelo órgão gestor.

Atos Legais e Administrativos

Muitas das decisões de gestão de uma unidade de conservação são dirigidas ou influenciadas por atos legais e administrativos.

Os atos legais são requisitos específicos que devem ser cumpridos, e podem ser expressos no diploma legal de criação da unidade, em legislação distinta após a sua designação ou em processo

judicial. Os atos legais podem ampliar o propósito da unidade ou introduzir elementos não relacionados ao propósito.

Os atos administrativos são, em geral, acordos alcançados por meio de processos formais e documentados, como termos de reciprocidade, termos de compromisso, acordos de cooperação, convênios, entre outros. Exemplos incluem servidões, direitos de passagem, arranjos para respostas a serviços de emergência, contratos de concessão etc.

Atos legais e administrativos podem promover, em muitos casos, uma rede de parcerias que ajudam a cumprir os objetivos da unidade de conservação e facilitar as relações de trabalho com outras instituições. Juntos, os atos legais e administrativos constituem um componente essencial no planejamento e manejo da UC.

Atos Legais e Administrativos (Regulações) existentes para o PARNA Canastra

A lista dos atos legais e administrativos existentes para o Parque Nacional da Serra da Canastra até a publicação deste Plano de Manejo encontra-se apresentada abaixo:

Atos Legais Federais

- **Decreto nº 70.355, de 3 de abril de 1972** - Cria o Parque Nacional da Serra da Canastra.
- **IBAMA, 1993. Plano de Ação Emergencial do Parque Nacional da Serra da Canastra (PAE)** - Relatório técnico não publicado. Brasília. 66p.
- **IBDF & FBCN. 1981. Plano de Manejo: Parque Nacional da Serra da Canastra.** Editora Gráfica Brasileira Ltda. Brasília, DF. 96p.
- **Instrução Normativa IBAMA nº 154, de 1º de março de 2007** - Institui o sistema de autorização e informação em Biodiversidade (SISBio).
- **Instrução Normativa ICMBio nº 03, de 1º de setembro de 2014** - Fixa normas para utilização do SISBIO.
- **Instrução Normativa ICMBio nº 05, de 1º de junho de 2018** - Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em UC.
- **Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 5 de novembro de 2014** - Estabelece Procedimentos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nos Processos de Licenciamento Ambiental.
- **Instrução Normativa ICMBio nº 14, de 10 de outubro de 2018** - Dispõe sobre observação de aves em UC federais.
- **Instrução Normativa ICMBio nº 19, de 16 de setembro de 2011** - Regulamenta o uso de imagens de UC federais.
- **Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012 do ICMBio** - Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.

- **Instrução Normativa nº 06, de 25 de julho de 2019** - Dispõe sobre a prevenção de introduções e o controle ou erradicação de espécies exóticas ou invasoras em Unidades de Conservação federais e suas zonas de amortecimento.
- **Lei Federal nº 13.668, de 28 de maio de 2018** - Altera as Leis nos 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).
- **Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000** - Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- **Portaria IBAMA nº 40, de 9 de março de 2004** - Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra/MG.
- **Portaria IBAMA nº 10, de 3 de março de 2005** - Aprova a revisão do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra.
- **Portaria ICMBio nº 1.148, de 19 de dezembro de 2018** - Aprova o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação - ROVUC para orientar tecnicamente os processos de planejamento da visitação.
- **Portaria ICMBio nº 1.161, de 26 de dezembro de 2018** – Aprova o documento “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais”.
- **Portaria ICMBio nº 523, de 24 de maio de 2018** - Aprova o Manual de Sinalização de Trilhas para Unidades de Conservação Federais.
- **Portaria ICMBio nº 562, de 20 de junho de 2018** - Aprova o Manual de Sinalização para Unidades de Conservação Federais.
- **Portaria ICMBio nº 289, de 3 de maio de 2021** - Dispõe sobre as normas gerais para o planejamento e a implementação do uso público nas unidades de conservação federais.
- **Portaria ICMBio nº 582, de 20 de setembro de 2021** - Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
- **Portaria ICMBio nº 769, de 10 de dezembro de 2019** - Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais.
- **Portaria ICMBio nº 770, de 10 de dezembro de 2019** - Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de transporte aquaviário de passageiros para fins turísticos em unidades de conservação.
- **Portaria ICMBio nº 771, de 10 de dezembro de 2019** - Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para Autorização da prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação federais.

- **Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022** - Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.
- **Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022** - Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.
- **Resolução CGEN nº 28, de 6 de novembro de 2017** - Altera a Portaria CGEN nº 21 que define acesso ao patrimônio genético.
- **Resolução CGEN nº 21, de 31 de agosto de 2006** - Define acesso ao patrimônio genético.
- **Resolução CONAMA nº 428, de 17 de dezembro de 2010** - Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
- **Resolução CONAMA nº 473, de 11 de dezembro de 2015** - Prorroga os prazos de aplicação do §2º do Art. 1º e inciso III do Art. 5º Da Resolução CONAMA nº 428/2010.
- **Resolução MMA/CGEN nº 10, de 19 de junho de 2018** - Estabelece forma de registrar no SISBGen amostras biológicas oriundas de UC federais.

Atos Administrativos do PARNA Canastra

- **Edital de Chamamento nº 02/2020** – Visa a seleção de instituição interessada em celebrar Termo de Permissão de Uso, precário e oneroso, para a prestação de serviço de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra da Canastra.
- **Edital de Credenciamento nº 01/2020** – Estabelece os critérios para prestação de serviços de condução e transporte de visitantes no Parque Nacional da Serra da Canastra.
- **Edital de Credenciamento nº 03/2020** – Processo de Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em realizar a prestação do serviço de comercialização de alimentos no Parque Nacional da Serra da Canastra.
- **Levantamento dos Recursos Naturais e Cadastramento das Propriedades Rurais**, Fundação João Pinheiro, 1973. Parque Nacional da Serra da Canastra. 2v.
- **Plano de Manejo Integrado do Fogo 2021**: Processo 02128.002207/2020-60.
- **Portaria CR11 ICMBio nº 02/2015**, publicado no DOU em 10 de junho de 2015, que define os setores que compõem o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Canastra, conforme o Processo ICMBio nº 02143.000125/2015-25.
- **Projeto Canastra: Justiça e Reconciliação: Laudo Antropológico**, Termo de Acordo para uso do fogo (fev/2015), Minutas de Termos de Convivência e demais tratativas relacionadas a população tradicional no PARNA Canastra. Processo ICMBio nº 02070.001904/2018-91.
- **Termo de Compromisso - Procedimento Administrativo Nº 1.22.004.000219/2014-60**. (SEI nº 4076481): Termo de compromisso que celebram o Ministério Público Federal e o Instituto

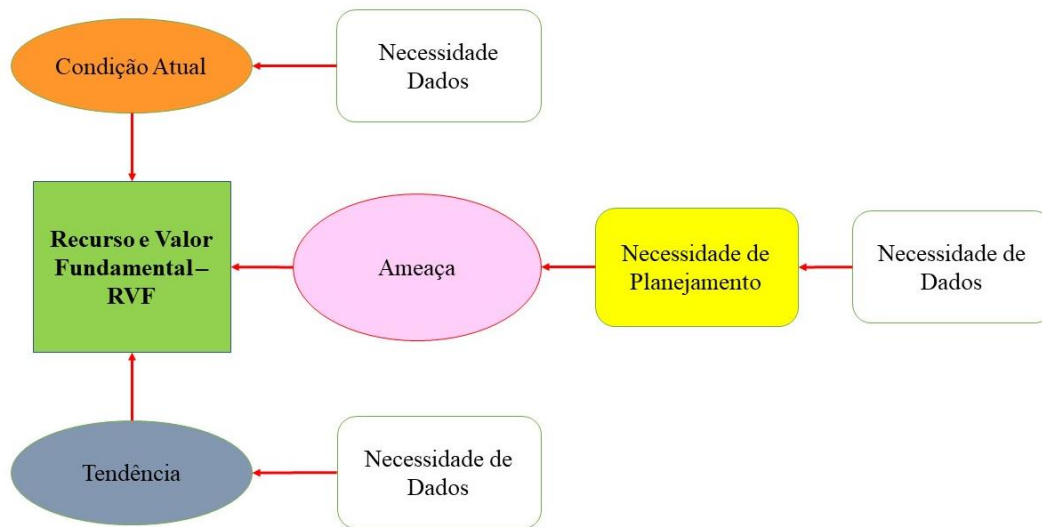
Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, objetivando definir diretrizes de atuação para o trato das questões socioambientais e de consolidação dominial relativas à área não regularizada do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC).

- **Termo de Homologação** – Base Lagoa Santa/GR4, SEI nº 9631416. HOMOLOGA o quantitativo de vagas e a relação das instituições representativas de cada setor que compõem o Conselho do Parque Nacional da Serra da Canastra, descritos na lista anexa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNO, S. F. PATO-MERGULHÃO: Biologia e conservação do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) no Parque Nacional da Serra da Canastra e entorno (MG). Niterói: Editora da UFF, 2013. 255 p.
- COSTA FILHO, A. Laudo Pericial Histórico-Antropológico. Ação Civil Pública – Processo Nº 3407-92.2014.4.01.3804. 2018. Justiça Federal, Seção Judiciária de Passos, Juízo Federal da Primeira Vara.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Canastra, Brasília, 2005.
- INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Nota técnica nº2/2017/CGCAP/DIMAN/ICMBio, de 23 de janeiro de 2017. Disponível no Sistema Eletrônico de Informações sob o número 0882515, inserido no Processo Administrativo nº02070.000418/2017-75.
- KOROIVA, R.; VILELA, D. S.; GUILLERMO-FERREIRA, R. Libélulas da Serra da Canastra: Guia fotográfico das libélulas raras e ameaçadas. 2019. Universidade Federal de São Carlos/Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto-SP.
- MESSIAS, C. G. Mapeamento das áreas suscetíveis à fragilidade ambiental na alta bacia do rio São Francisco, Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. 2014. Dissertação – Curso de Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.
- MESSIAS, C. G. Análise da distribuição espacial do desmatamento de fitofisionomias do Cerrado no Parque Nacional da Serra da Canastra - MG. In.: FERREIRA, M. C.; BOLFE, E. L. Metodologias de análise geoespacial aplicadas ao mapeamento de dados ambientais. São Paulo: Appris, 2022.MESSIAS, C. G.; FERREIRA, M.C. Parque Nacional da Serra da Canastra: Aspectos físicos e socioeconômicos. 2019. Revista da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. P. 71- 112, V. 15, n.27.
- NAZAR, T. I. S. M.; RODRIGUES, S. C. Relevô do Chapadão do Diamante, Serra da Canastra/MG, Brasil: compartimentação e análise a partir dos aspectos geomorfométricos. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 20, p. 69-88, 2019a. <http://dx.doi.org/10.20502/rbg.v20i1.1300>
- NOVAIS, G. T. Caracterização climática da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do entorno da Serra da Canastra. 2011. 189 f. Dissertação - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- PAULA JÚNIOR, M. Análise espacial e temporal das comunidades microbianas do sedimento de leito do Rio São Francisco na região da Serra da Canastra em Minas Gerais. 2020. Dissertação - Pós-Graduação em Sustentabilidade e Tecnologia Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Bambuí-MG, 2020.
- SISTEMA DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DE GESTÃO – SAMGe. Relatório de Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão para o Parque Nacional da Serra da Canastra. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2019. Disponível em: <http://samge.icmbio.gov.br/Uc/669>.
- SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SNUC. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília – DF, 2000.

ANEXO 1. Diagrama modelo de análise do RVF



ANEXO 2. Diagramas dos RVFs resultantes da Oficina de Elaboração do Plano de Manejo

Diagrama do RVF Água

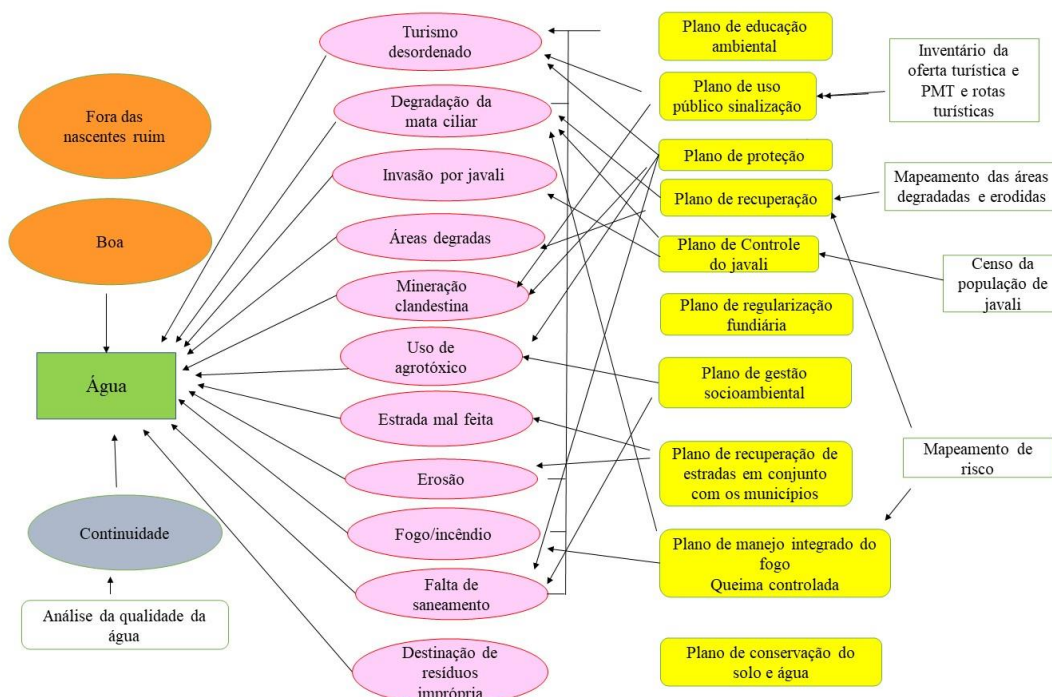


Diagrama do RVF Cultura Tradicional

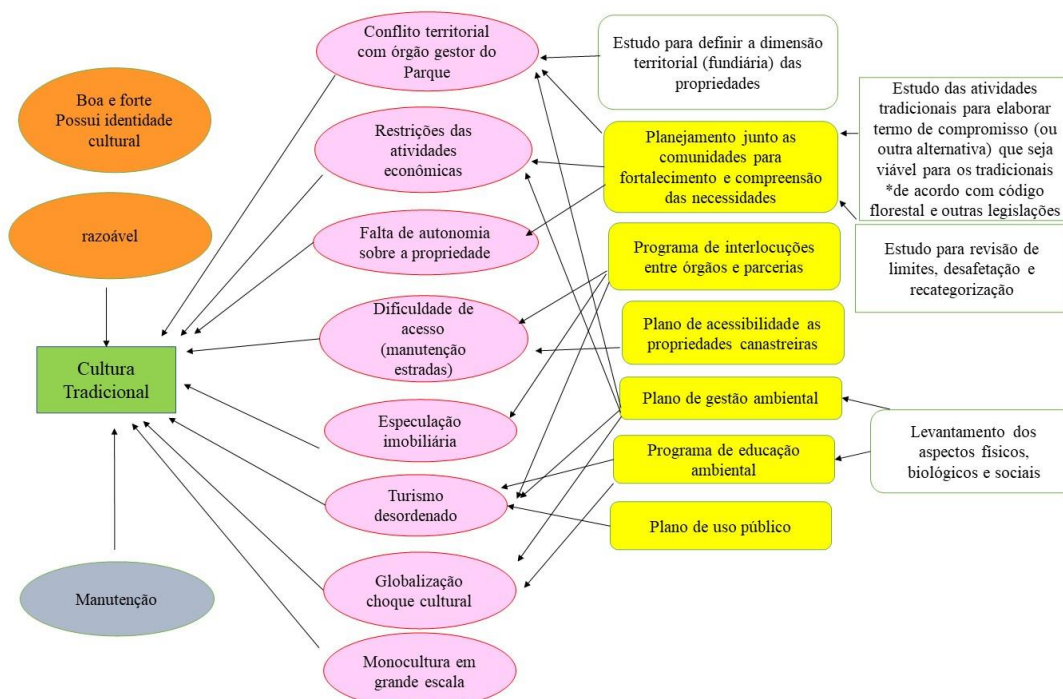


Diagrama do RVF Patrimônio arqueológico e histórico

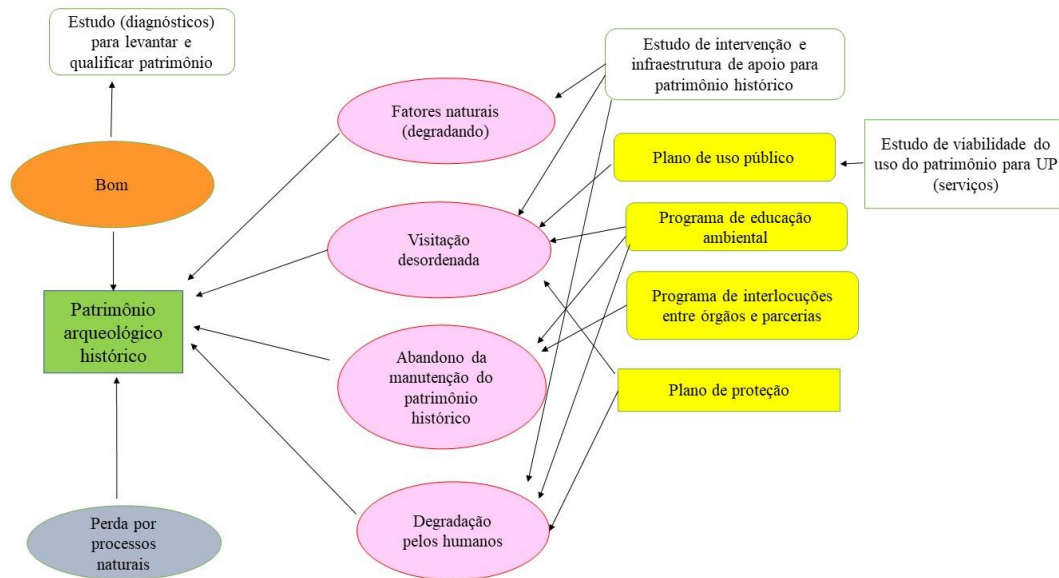


Diagrama do RVF Cerrado e sua biodiversidade

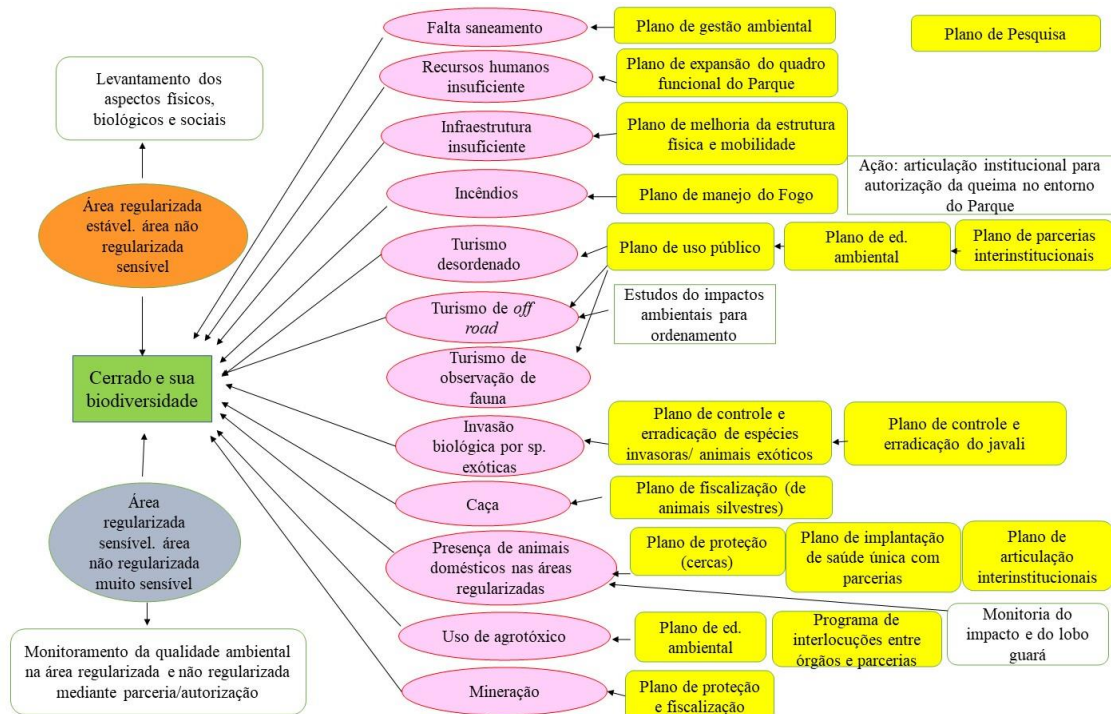


Diagrama do RVF Oportunidade para o lazer e turismo

